

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

DANIELE ALVES MESQUITA

**O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DE UMA ALIMENTAÇÃO
SAUDÁVEL NA EMEF PLURIDOCENTE JIBOIA DE
PRESIDENTE KENNEDY-ES**

SÃO MATEUS - ES

2021

DANIELE ALVES MESQUITA

O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DE UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA
EMEF PLURIDOCENTE JIBOIA DE PRESIDENTE KENNEDY-ES

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Dr. Daniel Rodrigues Silva.

SÃO MATEUS – ES

2021

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

M582p

Mesquita, Daniele Alves.

O papel da escola na promoção de uma alimentação saudável na EMEF pluridocente Jiboia de Presidente Kennedy - ES / Daniele Alves Mesquita – São Mateus - ES, 2021.

78 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2021.

Orientação: prof. Dr. Daniel Rodrigues Silva.

1. Nutrição infantil. 2. Merenda escolar. 3. Hábitos alimentares. I. Silva, Daniel Rodrigues. II. Título.

CDD: 372.37

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES.

DANIELE ALVES MESQUITA

**O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DE UMA
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA EMEF PLURIDOCENTE JIBOIA
DE PRESIDENTE KENNEDY-ES**

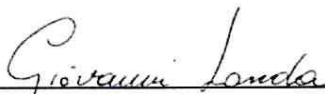
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração a Educação e a Inovação.

Aprovada em 09 de novembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA



**Prof. Dr. Daniel Rodrigues Silva
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador**



**Prof. Dr. Giovanni Guimarães Landa
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**



**Profa. Dra. Mayara Medeiros de Freitas Carvalho
Centro Universitário de Caratinga (UNEC)**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, mestre de toda a Terra, que me oportunizou, em Sua infinita misericórdia, o privilégio de cursar o Mestrado, auxiliando-me e dando-me o suporte necessário para vencer os desafios ao longo do caminho.

Ao meu orientador, Dr. Daniel Rodrigues Silva, pela paciência, dedicação e pelos ricos conhecimentos que teve a bondade de compartilhar comigo. Obrigado pelo rico aprendizado que me proporcionou.

E a todos os colaboradores, colegas de trabalho e demais pessoas, que de alguma forma contribuíram para a realização desse sonho, tão relevante para minha vida profissional.

As tarefas que nos propomos, devem conter exigências que pareçam ir além de nossas forças. Caso contrário, não descobrimos nosso poder, nem conhecemos nossas energias escondidas e assim deixamos de crescer.

Leonardo Boff

LISTA DE SIGLAS

AF - Agricultura Familiar

CAE - Conselho de Alimentação Escolar

CECANE - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar CECANE

CGU - Controladoria Geral da União

CNA - Comissão Nacional de Alimentação

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

FAE - Fundação de Assistência ao Estudante

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IMC - Índice de Massa Corporal

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPP - O Projeto Político Pedagógico

SiGPC - Sistema de Gestão de Prestação de Contas

TCU - Tribunal de Contas da União

RESUMO

MESQUITA. Daniele Alves. **Do papel da escola na promoção de uma alimentação saudável na EMEF Pluridocente Jiboia de Presidente Kennedy-ES. 78f.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2021.

A nutrição é uma das necessidades básicas da vida, a educação nutricional, nos primeiros anos de vida, em especial no período pré-escolar, é muito importante para a saúde de um indivíduo, pois as experiências nutricionais influenciam os hábitos alimentares na idade adulta. O objetivo deste estudo discutiu como as ações relacionadas à nutrição infantil na EMEF Pluridocente Jiboia de Presidente Kennedy-ES estão sendo implementadas com o propósito de promover uma alimentação saudável. Como produto educativo, buscou desenvolver uma Cartilha Digital que funcione como um guia didático, levantando a importância da prática da alimentação. A pesquisa é do tipo qualitativa, associada à pesquisa ação, com um estudo de caso descritivo e exploratório, teve como sujeitos 02 (duas) professoras e 05 (cinco) alunos do Pré II da escola alvo para responder, numa conversa online via *Google Meet* sobre o contexto real do uso da ludicidade como ferramenta para uma alimentação saudável nas práticas pedagógicas da educação infantil. Concluiu-se, da análise dos dados e respostas apresentadas pelos educadores que, mesmo com os esforços depreendidos na prática diária para enfrentar as dificuldades de desenvolverem uma alimentação saudável, ainda há um longo caminho a ser percorrido no desenvolvimento de ações e práticas metodológicas que estimulem e motivem os alunos nesse sentido.

Palavras-chave: Educação nutricional. Alimentação saudável. Hábitos alimentares.

ABSTRACT

MESQUITA. Daniele Alves. **The school's role in promoting healthy eating at the President Kennedy-ES EMEF Pluridocente Jiboia-ES.** 78f. Dissertation (Professional Master in Social Management, Education and Regional Development) - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2021.

Nutrition is one of the basic needs of life, nutrition education in the first years of life, especially in the preschool period, is very important for an individual's health, as nutritional experiences influence eating habits in adulthood. The objective of this study discussed how the actions related to child nutrition at EMEF Pluridocente Boa Boa (President Kennedy-ES) are being implemented with the purpose of promoting healthy eating. As an educational product, it sought to develop a Digital Booklet that works as a didactic guide, raising the importance of eating. The research is of a qualitative type, associated with action research, with a descriptive and exploratory case study, had as subjects 02 (two) teachers and 05 (five) Pre II students from the target school to respond, in an online conversation via Google Meet on the real context of the use of playfulness as a tool for healthy eating in the pedagogical practices of early childhood education. It was concluded from the analysis of the data and answers presented by the educators that, even with the efforts made in daily practice to face the difficulties of developing a healthy diet, there is still a long way to go in the development of methodological actions and practices that encourage and motivate students accordingly.

Keywords: Nutrition education. Healthy eating. Eating habits.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
1.1 OBJETIVOS.....	12
1.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
1.2 JUSTIFICATIVA.....	12
2 DISCUSSÕES TEÓRICAS.....	15
2.1 O PODER DA APRENDIZAGEM LÚDICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	17
2.1.1 COMPREENDENDO AS PERSPECTIVAS DOS PAIS E PROFESSORES SOBRE A TECNOLOGIA DAS REFEIÇÕES.....	19
2.2 TECNOLOGIA E NUTRIÇÃO: UMA NOVA FORMA DE APRENDIZAGEM.....	20
2.2.1 MOMENTO DA REFEIÇÃO.....	21
2.2.2 ESTRATÉGIAS PARA INTERVENÇÃO ALIMENTAR.....	22
3 ESTRUTURA E DESAFIOS DA ALIMENTAÇÃO PÚBLICA ESCOLAR.....	24
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: O PNAE.....	24
3.2. AGRICULTURA FAMILIAR: UMA SAÍDA PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR MAIS SAUDÁVEL.....	28
3.2.1 VINCULANDO A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL AO PPP DA ESCOLA.....	36
4 METODOLOGIA.....	39
4.1 SUJEITOS E AMBIENTE DA PESQUISA.....	41
4.2 COLETA DE DADOS.....	41
4.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS.....	42
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	44
5.1 O DESAFIO DOCENTE DE DESENVOLVER METODOLOGIAS VOLTADAS PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA PRÁTICA ESCOLAR DIÁRIA.....	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
7 REFERÊNCIAS.....	52
APÊNDICES.....	58

1 INTRODUÇÃO

As refeições são uma parte importante das rotinas diárias para as famílias e as escolas que trabalham com educação infantil. Elas oferecem oportunidades para a ingestão nutricional das crianças e estabelecem hábitos alimentares que as crianças provavelmente terão por toda a vida.

Estudos de Terence (2008) mostram que as crianças começam a desenvolver seu apetite e preferências alimentares a partir dos dois anos de idade. Assim as refeições em família e nas escolas acabam se tornando um momento importante para desenvolver atitudes e comportamentos relacionados a alimentos a longo prazo. Essa importância levou pediatras, nutricionistas e acadêmicos para elaborar diretrizes e princípios gerais para os pais seguirem nas refeições com seus filhos pequenos.

No entanto, refeições com crianças pequenas também foram identificadas como fonte de estresse para muitos pais e impaciência por parte de alguns profissionais de educação. A neofobia alimentar¹ e a escassez de alimentos são comuns entre crianças pequenas, e pesquisas indicam que os pais e professores sofrem estresse como resultado de birras relacionadas às refeições, pickiness, longos períodos de alimentação e sua necessidade de exercer sua autonomia (YING-YU, ET. AL, 2019).

Os pais e professores também veem as refeições como uma parte importante e valiosa da alimentação de seus filhos e alunos, pela experiência diária que representam. Na visão de Allison et. al, (2002) eles querem que as refeições sejam um momento em que as crianças aprendam boas maneiras e praticam participando de conversas. Assim valorizam as refeições como oportunidades para o vínculo familiar, afetivo e juntos, e consideram a mesa de jantar como uma das configurações mais importantes para isso. Os autores explicam que existem aplicativos e jogos para reduzir hábitos alimentares exigentes que ajudam a criança a distinguir alimentos saudáveis de opções não saudáveis e promover a conscientização e a autorreflexão.

¹ Neofobia alimentar, considerada o medo de alimentos novos, é um comportamento caracterizado pela rejeição ou recusa de alimentos não familiares. Trata-se de uma resistência individual em comer e/ou experimentar “novos” alimentos, ou seja, alimentos diferentes do padrão habitual de consumo.

Assim sendo, procuramos examinar o papel que a tecnologia desempenha em vários relacionamentos entre pais e filhos pequenos nas refeições da família, e nas escolas com seus professores, o que constitui uma rotina recorrente na vida familiar e escolar. As refeições são importantes para a ingestão nutricional das crianças pequenas e para lhes proporcionar maneiras de aprender hábitos alimentares saudáveis e boas maneiras à mesa (JAYNE et al., 2008).

No entanto, suas escolhas alimentares e birras também são uma fonte de estresse de pais e professores, momento em que é válido citar o potencial de soluções tecnológicas para apoiar as práticas de refeições das crianças e famílias - apesar da possibilidade de que tais soluções possam não ser aceitas devido à rejeição geral da tecnologia pelos pais nesse contexto. Assim, incorpora o potencial paradoxo que a tecnologia traz para a dinâmica familiar e escolar e as tensões de valor entre crianças e adultos e as metas das refeições dos pais e professores são identificadas nesse contexto (THAI et al., 2009).

As tecnologias a serem usadas ou concebidas para as rotinas familiares e escolares das crianças pequenas visam promover experiências significativas e interações ricas. Assim, contribuir para as investigações de como o uso da tecnologia infantil em casa e na escola emergirá como um envolvimento contínuo com suas rotinas de vida e como o processo de envolvimento poderá abordar os valores das crianças, de seus pais e professores é de suma importância.

Por isso é esperado que os resultados e as ideias desse trabalho possam ser expandidas para informar a integração cotidiana de objetos inteligentes na vida familiar e escolar das crianças, para informar a diversidade de ferramentas tecnológicas que considerem a complexidade do relacionamento entre a tecnologia e as rotinas de vida familiar e escolar.

A nutrição é uma das necessidades básicas da vida. A educação nutricional nos primeiros anos de vida, principalmente no período pré-escolar, é muito importante para a saúde de um indivíduo ao longo da vida. As experiências nutricionais em tenra idade influenciam os hábitos nutricionais na idade adulta.

Por esse motivo, a educação nutricional deve ser contínua, eficaz e direcionada a todos os membros da família e principalmente no ambiente escolar. Deve incluir as seguintes etapas: oferta de educação, aquisição de conhecimento, formação de atitudes e desenvolvimento de comportamentos. Os

hábitos alimentares dos pais têm efeito direto ou indireto nos estilos alimentares dos filhos.

O período pré-escolar é um período em que as crianças desenvolvem muitos hábitos que provavelmente continuarão na idade adulta. É importante que as crianças não apenas adquiram conhecimento sobre nutrição adequada e equilibrada, mas também desenvolvam bons hábitos alimentares.

A teoria de Piaget (2007) oferece uma definição precisa do desenvolvimento cognitivo das crianças, enfatiza uma abordagem centrada na criança, destacando o brincar e a autodescoberta e fornece orientação na preparação de conteúdos educacionais específicos para a idade. Por essas razões foi usada para focar na educação nutricional para crianças pré-operacionais.

Entretanto, antes de nos aprofundar mais no desenvolvimento desse estudo irei detalhar aqui minha vida acadêmica e o caminho desenhado ao longo da minha carreira na educação até a formação em Pedagogia com as especializações em Educação Infantil e Anos Iniciais. De uma família humilde, fui criada por minha mãe e avó paterna, que sempre priorizou a educação, não medindo esforços para me oportunizar algo que minha mãe não obteve. Sempre tive afeição por crianças, tanto que minha primeira experiência de trabalho foi como babá. Fato que me fez despertar o interesse pelo magistério.

Ingressei no magistério em escolas públicas e tive a oportunidade de participar de vários eventos na área de ação social. Mediante a essa experiência vivida, despertei o interesse de me aprofundar no que concerne aos nossos direitos e deveres, o que me levou a ingressar na faculdade de direito. No decorrer do curso, fiquei gestante e, infelizmente foi necessário trancar a faculdade no sétimo período.

Comecei a trabalhar na Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) por dois anos. Posteriormente, iniciei como docente numa creche da rede municipal de Presidente Kennedy. Limitada na área educacional, decidi ampliar meus conhecimentos e optei em fazer licenciatura em Pedagogia. Após, fiz uma especialização em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e, leciono há mais de oito anos. Por conseguinte, fui possibilitada a participar do mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação pela Faculdade Vale do Cricaré.

Em minha infância e adolescência, sempre tive problemas com a ingestão de uma alimentação saudável, fato que me levou ao sobrepeso. Assim foi preciso uma

mudança brusca nos hábitos alimentares para que pudesse ter uma qualidade de vida melhor.

Em consequência dos fatos apresentados, optou-se pela seguinte problematização para esse estudo: como as ações relacionadas à alimentação escolar estão sendo implementadas na EMEF Pluridocente Jiboia, nas crianças da educação infantil, com o propósito de promover uma alimentação saudável?

1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desse estudo é analisar como as ações relacionadas à alimentação escolar na EMEF Pluridocente Jiboia, nas crianças da educação infantil, estão sendo implementadas com o propósito de promover uma alimentação saudável.

1.1.1 Objetivos Específicos

- ✓ Compreender a finalidade das ferramentas lúdicas como forma de condução para uma alimentação saudável;
- ✓ Apresentar as metodologias que trabalham com o lúdico como instrumento de incentivo para uma alimentação saudável e sua funcionalidade durante as refeições na educação infantil;
- ✓ Fortalecer a discussão entre os profissionais da educação e a família sobre a importância de uma alimentação saudável na escola EMEF Pluridocente Jiboia;
- ✓ Desenvolver uma Cartilha Digital que funcione como um guia didático, levantando a importância da prática da alimentação saudável na educação infantil nas escolas do município de Presidente Kennedy-ES.

1.2 JUSTIFICATIVA

O conceito do lúdico como mecanismo de aprendizagem em crianças tem sido amplamente pesquisado e como a brincadeira é, sem dúvida, uma atividade favorita das crianças, acredita-se que o aprendizado ideal ocorra permeado pelas brincadeiras, deixando claro que não se trata apenas de diversão para crianças

pequenas, mas de um desafio. Ela pode estimular o intelecto e a imaginação de várias maneiras e pode ajudar os jovens a descobrir as coisas em um ritmo confortável e não estressante (ROUSSOU, 2004).

Nos últimos anos, estudiosos da área da saúde como Musher-Eizenman e Holub (2007) descobriram que pais e professores têm se preocupado com os resultados negativos dos hábitos alimentares por poderem levar ao desenvolvimento do sobrepeso e da obesidade em crianças.

Segundo Musher et al. (2007) o ambiente familiar pode-se constituir em um fator de risco para a obesidade. Os estilos parentais que vêm sendo alvo de estudo de diversas ciências nos últimos anos, podem adquirir caráter de prevenção de inúmeros problemas de comportamentos ou promover o desenvolvimento destes. Estudar as práticas de alimentação infantil associadas aos estilos parentais possibilita entender como os pais alimentam seus filhos e as implicações dessa prática no desenvolvimento da obesidade infantil.

Nessa linha de discussão, tendo como foco o estudo da família, Skinner (2003) afirma que a sua dinâmica é essencial ao desenvolvimento, pois ela funciona como uma agência educacional ao ensinar a criança a andar, a falar, a comer de uma certa maneira, a se vestir e assim por diante.

Para Maturano e Loureiro (2003), além da família, a escola também pode constituir-se como um ambiente promotor de saúde e influenciar nas condições de um Índice de Massa Corporal (IMC) saudável, ajudando desse modo no controle da obesidade.

Portanto, segundo a professora Sonia Regina Loureiro (2003) da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP, a escola se configura como uma das primeiras situações instituídas além da família, a proporcionar experiências e desafios, constituindo-se assim em um espaço privilegiado para o desenvolvimento infantil.

Na visão de Bell, et. al. (2011) a nutrição é um dos muitos aspectos importantes da vida. Sem nutrição adequada, o corpo e cérebro humanos não prosperam, mas sucumbem a doenças e enfermidades. À medida que o mundo avança ao inventar alimentos processados, as crianças não estão recebendo a quantidade e a qualidade adequada de nutrição que lhes possibilite uma saúde ideal.

Como consequência disso a obesidade, crescente de forma alarmante no meio infanto-juvenil, tem levado crianças e adolescentes a desenvolver distúrbios graves como hipertensão, colesterol alto e diabetes. Daí a importância das crianças

aprenderem quais nutrientes são benéficos para o corpo e dessa forma comecem a ingerir alimentos de boa qualidade e assim terem uma chance saudável, através da nutrição adequada, de diminuir as taxas de obesidade.

O momento da alimentação das crianças as vezes, é um momento crítico, pois, as birras e a não aceitação do alimento, causa estresse nos pais. Pensado em criar estratégias para facilitar esse momento, pensamos na inclusão de recursos tecnológicos, pois, com tecnologia e jogos interativos, as crianças podem aprender que tipo de nutrição é necessário para obter uma saúde adequada.

A relevância da pesquisa se dá em virtude da necessidade de criação de estratégias por intermédio de ferramentas lúdicas como forma de incentivo às crianças a terem uma prática de uma alimentação saudável, haja vista que, são poucos os estudos relacionados a esta temática que aborda uma orientação no que concerne à alimentação equilibrada com objetivo de diminuir os índices da obesidade infantil.

Por derradeiro, acreditamos que a presente pesquisa tende a contribuir e a beneficiar toda a sociedade, visto que, estaríamos expandindo a informação sobre a influência da família na prevenção do sobrepeso e obesidade infantil, que vem aumentando gradativamente nos últimos anos, provocando consequências relacionadas à saúde das crianças.

2 DISCUSSÕES TEÓRICAS

Para construção da revisão de literatura, recorreremos a sites de universidades tais como: Universidade de Lisboa (UL), Universidade Aberta (UAB), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e na biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SCIELO), tendo como propósito investigar estudos (dissertações e teses), artigos e livros para contribuição na elaboração de nossa pesquisa que prioriza trabalhar com o lúdico para uma alimentação saudável na educação infantil.

A dissertação intitulada: “Promoção de alimentação saudável em crianças em idade escolar: estudo de uma intervenção” de Maria José Rodrigues de Sousa (2019) defendida pela Universidade de Lisboa, faz um estudo do comportamento de um grupo de crianças através de uma investigação experimental, comparando a alimentação de aproximadamente 52 crianças com idades entre 8 a 11 anos. Foi utilizado um questionário específico a fim de avaliar o comportamento alimentar dessas crianças.

Os resultados deste estudo, revelaram que inicialmente os responsáveis pela educação alimentar, avaliaram que a maior parte das crianças apresentaram hábitos alimentares médios, sendo que as crianças do grupo interventivo, possuíam preferências alimentares saudáveis baixas. Com este estudo, percebe-se que a inclusão de programas intensivos e de curta duração ligados às crianças em idade escolar, é uma estratégia relevante de conscientização para mudanças de hábitos alimentares saudáveis.

Outra dissertação relevante foi a da Alexandra Sofia da Silva Ribeiro (2018) com a temática: “Impacto da Educação Alimentar em Crianças do Ensino Pré-escolar: o caso dos Jardins de Infância do Agrupamento de Escolas de Alcochete” defendida pela Universidade Aberta que avalia o impacto acerca de um programa de educação alimentar, cuja duração foi de cinco meses, envolvendo crianças da pré-escola.

O objetivo da pesquisa, foi conhecer os conceitos de uma alimentação nutritiva, bem como averiguar a influência desses conhecimentos dos hábitos alimentares de sua convivência familiar. Através de questionários, foi possível avaliar

os conhecimentos relativos a conhecimentos básicos de alimentação nutritiva das crianças. Também objetivou caracterizar o consumo das crianças envolvidas, por intermédio da metodologia das 24 horas anteriores, e, analisar a influência do conhecimento no consumo alimentar.

A dissertação de Ana Paula Franco Mayer (2018) intitulada de: “As relações entre família, escola e o desenvolvimento do sobrepeso e obesidade infantil”, defendida pela Universidade Federal do Paraná, que objetiva compreender o sobrepeso e a obesidade das crianças envolvidas na pesquisa, além de procurar identificar se as escolas participantes possuem alguma medida de controle deste problema, mediante um estudo exploratório.

Para a realização desta pesquisa, a autora estudou 139 crianças do ensino fundamental da 5ª e 6ª série com média de 11 anos de idade. Também participou os diretores das escolas estudadas e seus respectivos responsáveis. Com os resultados obtidos, observou-se que a prevalência é de sobrepeso entre as crianças. Entretanto, as mesmas avaliaram a sua alimentação como sendo adequada. No decorrer da pesquisa, pôde-se perceber que as escolas participantes não apresentam programas direcionados a esta problemática, todavia, demonstram preocupação em proporcionar uma alimentação equilibrada.

Ao término da pesquisa, constatou-se que a questão principal abordada que é o sobrepeso, está condicionada as condições precárias das famílias, que não possuem artifícios para manter uma alimentação saudável para seus filhos diariamente.

Paim (2015), cuja temática é: “Efeito de intervenção educacional em alimentação infantil nos primeiros quatro meses de vida nas práticas alimentares das crianças aos 4-7 anos: ensaio clínico randomizado com mães adolescentes e avós maternas, defendida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul que teve como propósito classificar o impacto de mediações no cumprimento dos dez passos para a alimentação saudável para maiores de dois anos, recomendados pelo Ministério da Saúde. Também procurou-se avaliar a ligação entre a duração da amamentação com o consumo de verduras e frutas em crianças na faixa etária avaliada.

O artigo intitulado: “Metodologias lúdicas e educação alimentar e nutricional para promover o consumo de pescado em escolares” de Brito et. al (2019) publicado na Revista Eletrônica de Extensão pela Universidade Federal de Santa Catarina contribuiu de forma significativa para a nossa pesquisa.

O artigo apresenta como propósito principal esmiuçar ações extensionistas ligadas a educação alimentar e nutricional por intermédio do método lúdico, com a finalidade de promoção do consumo de pescado nas escolas. Através de um relato de experiência envolvendo aproximadamente 43 alunos do 4º ano do ensino fundamental de uma escola da rede municipal de Palmas, foi utilizadas metodologias diferenciadas com atividades de pintura, dinâmicas participativas e oficina culinária.

Com o resultado, percebeu-se que 83,7% dos estudantes afirmaram que consomem peixe, todavia, 97,7% relatam ter consumido mediante seus pais. Também notou-se a ampliação do conhecimento dos nutrientes bem como seus benefícios, além da importância do consumo de peixe, algo que demonstra a aplicabilidade das metodologias lúdicas.

Outro artigo relevante foi publicado por Alcântara e Bezerra (2016) com a seguinte temática: “O lúdico, a escola e a saúde: a educação alimentar no gibi” que investiga o livro Almanaque Maluquinho: Julieta no mundo da culinária, com o propósito de reconhecer o verdadeiro papel pedagógico das histórias em quadrinhos, na intenção de identificar se a publicação possibilita discussões que explorem diversas áreas relativas à educação alimentar. Por derradeiro, pode-se afirmar que a pesquisa procurou oportunizar uma sensibilização do olhar para as possibilidades de inclusão da ludicidade em um campo do saber marcado pela prescrição.

2.1 O PODER DA APRENDIZAGEM LÚDICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tanto a teoria quanto a pesquisa demonstram que, para crianças pequenas, o brincar é o meio ideal de aprendizado e desenvolvimento, e acaba sendo um recurso proposital, além de escolhido livremente pela criança. De acordo com Druin (2009) brincar é o trabalho das crianças. Também enfatiza que palavra "brincar" não está bem definida e evoca uma visão diferente, dependendo das experiências de um indivíduo. Com uma bola, jogar é um esporte. Com um roteiro, a peça é uma performance em um teatro. Com seu cachorro, o jogo está se recuperando. Com damas ou cartas, jogar é um jogo. Com um vigarista, brincar é um truque. Em cada um desses tipos de jogo, os jogadores estão ativamente envolvidos.

Como educadores da primeira infância, na maioria das vezes queremos dizer brincadeira de criança. Para distinguir ainda mais essa atividade, usaremos frequentemente a frase aprendizado lúdico para lembrar aos leitores como nós, como profissão, definimos o jogo. Esse tipo de interesse auto direcionado, geralmente envolve colaboração, requer pensamento crítico, inclui o interesse da criança, envolvimento ativo e tarefas significativas. A aprendizagem lúdica é a maneira como as crianças interagem com seu mundo. Os seres humanos são exclusivamente conectados para jogar. Brincar é universal; crianças de todos os grupos culturais brincam. Os arqueólogos descobriram recentemente pegadas de 3000 anos de crianças egípcias brincando na lama (PROYER, 2017).

Porém, o aprendizado lúdico também pode ocorrer quando as crianças estão ativamente envolvidas em experiências significativas, facilitadas por um adulto atencioso e receptivo; ou, jogo guiado (LU et al. 2013). Na década de 1990, durante a era do aumento dos testes padronizados, começamos a ver uma diminuição do aprendizado acadêmico. O jardim de infância começou a parecer mais com a 1ª série. Blocos, quebra-cabeças e peças dramáticas foram substituídos por mesas e planilhas, e os programas de meio dia deram lugar a um dia inteiro de instrução. Agora estamos vendo mudanças semelhantes em nossos programas pré-escolares, especialmente quando eles são abertos nos campos das escolas públicas.

Há evidências de longa data de que a aprendizagem lúdica pode influenciar a maneira como as crianças se desenvolvem como adultos, e a infância é um momento único e fundamental da vida, quando certas habilidades se desenvolvem.

O lúdico é uma variável de diferenças individuais que permite que as pessoas estruturam ou reformulem as situações cotidianas de uma maneira que as experimentem como divertidas, e/ou intelectualmente estimulantes e/ou pessoalmente interessantes. Aqueles que estão na extremidade superior desta dimensão procuram e estabelecem situações nas quais eles podem interagir de brincadeira com outras pessoas (por exemplo, brincadeiras brincalhonas, atividades de brincadeiras compartilhadas) e são capazes de usar sua brincadeira mesmo em situações difíceis para resolver tensões (por ex. interações ou nas configurações do tipo de trabalho). A brincadeira também está associada a uma preferência por complexidade, em vez de simplicidade, e por gosto de atividades, objetos e tópicos ou indivíduos incomuns (PROYER, 2017; p.114)

Descreve a literatura existente, a relevância para estudos que investigam a interação de crianças, famílias e refeições, pois, as refeições são importantes para

as crianças, e identifica o papel que os adultos desempenham nesse domínio. O autor também informa sobre trabalhos anteriores que projetaram tecnologia para as refeições das crianças e para as refeições da família.

2.1.1 Compreendendo as perspectivas dos pais e professores sobre a tecnologia das refeições

O estudo é uma pesquisa que visa ajudar a entender quais as preferências dos pais e professores, e quais considerações são importantes quando eles são apresentados com diferentes formas de tecnologia para diferentes propósitos.

A proposta é voltada especificamente para adultos (pais e professores), porque são eles que exercem o poder e privilégio nas relações pai-filho, professor-aluno. Eles também detêm o principal poder de decisão em decidir quais dispositivos digitais entram na casa e na sua sala de aula. Com este estudo, forneceremos uma compreensão generativa de como os pais e professores poderão inserir essa nova roupagem inovadora para obtenção de soluções para as refeições e como suas atitudes podem se estender a outros aspectos da vida familiar e escolar.

Para De Costa et al. (2017) preocupações com personificação e vigilância, aceitação do familiar e educador e tensão relacionados à ideia de terceirizar as responsabilidades dos pais e professores para uma máquina, entre outros temas, todos tem o potencial de transferir para outros contextos.

Usando o que foi aprendido com os estudos apresentados no tópico anterior, foram identificadas tensões no decorrer das refeições das crianças. Com base nas tensões mensuradas acima, serão sugeridos jogos pedagógicos que estimulem a criança a realizar uma alimentação saudável e nutritiva.

Uma opção seria se trabalhar com aplicativos sonoros e dinâmicos, que poderão ser baixados nos dispositivos móveis, tais como: notebooks, tablets e celulares. Os aplicativos deverão selecionados de acordo com a aceitação da criança, pois, ela precisa se sentir confortável e segura quanto a proposta apresentada.

2.2 TECNOLOGIA E NUTRIÇÃO: UMA NOVA FORMA DE APRENDIZAGEM

A tecnologia é onipresente nos ambientes das crianças e cria uma abordagem flexível para aprendizagem em salas de aula, casas e muitos outros ambientes. Como os dispositivos móveis são portáteis, informativo e estimulante, as crianças podem interagir com elas de várias maneiras para aprender informações sobre assuntos como nutrição. Os dispositivos móveis podem ser estimulantes, fornecendo atividades de aprendizagem, como jogos de exercícios físicos e simulações participativas (DRUIN, 2009).

Lu et. al. (2013) defende a probabilidade do aprendizado por meio da tecnologia inovadora ter efeitos positivos na saúde social, pois ensinar a nutrição infantil através de atividades interativas, como jogar, é uma maneira muito eficaz de fornecer às crianças o conhecimento do que comer, quanto comer e, o mais importante, como viver uma vida saudável. Pretendemos descrever como a educação nutricional e a mobilidade com as tecnologias podem ser combinadas para promover o aprendizado entre as crianças.

Para Gómez-Pinilla (2008) nutrição é definida como o processo de comer o tipo certo de alimento para que as pessoas possam crescer adequadamente e ser saudável. O objetivo de ingerir uma nutrição adequada é manter-se saudável e reabastecer os nutrientes usados pelo organismo para o crescimento e funcionamento diários. O consumo de nutrientes necessários para atender às necessidades do corpo contribui para uma cognição ideal, crescimento físico, social e emocional.

Portanto, é de extrema importância que as crianças obtenham uma nutrição adequada para ter sucesso em seu desempenho acadêmico, uma vez que se o nutriente for essencial e equilibrado no momento da ingestão, sua saúde será ótima e proporcionará uma base saudável para sua saúde futura.

Drewnowski e Eichelsdoerfer (2010) lembram que os profissionais de nutrição acreditam que alimentos nutritivos constituídos por grãos, carnes magras e frutas e legumes são acessíveis a todos os americanos, independentemente da renda familiar. Porém, há que se ressaltar fatores importantes que influenciam a capacidade de adquirir nutrição equilibrada, como status socioeconômico e localização geográfica. Logo, frequentemente, quando a renda dos pais diminui, os

alimentos de alta qualidade precisam ser eliminados ou reduzidos da dieta de uma criança.

2.2.1 Momento da refeição

A hora da refeição é essencial para a nutrição de uma criança, sendo uma das partes mais importantes do seu dia. Elas proporcionam às crianças a oportunidade de aprender sobre nutrição, que as expõem a diversas categorias de alimentos e estabelece hábitos saudáveis para o resto de suas vidas (PATRICIA et al., 2017). Segundo Jayne et al. (2008) no momento da refeição, também se fornece às crianças, o contexto para aprender sobre normas sociais e maneiras à mesa com ajuda dos cuidadores em pré-escolas e familiares em casa.

As crianças aprendem sobre compartilhamento de alimentos, rotinas, regras, maneiras e criar um senso de comunidade, tanto nas famílias quanto nas salas de aula. Além disso, as refeições fornecem um contexto para diversão. As famílias se vinculam através do engajamento durante as refeições em casa, e as crianças socializam com seus colegas de classe durante as refeições na escola (GABLE, 2011).

No entanto, participar das refeições é uma prática complexa, com potencial tanto para as experiências negativas que exigem trabalho e intencionalidade por parte de adultos e crianças. O trabalho mostrará que, para muitas famílias, comer com crianças pequenas traz desafios para todos, resultando em consequências negativas (PATRICIA et al., 2017).

Por exemplo, pais preocupados com o apego são mais propensos a usar táticas persuasivas de controle para coagir as crianças a comer, o que pode levar a uma auto regulação ruim e a uma prática de alimentação mais emocional pautada pelo medo de punição. Logo, sugere Elisabeth (2017), as crianças precisam receber alguma autonomia nas suas preferências alimentares.

Esse estudo sugere que crianças e adultos mantenham valores distintos na hora das refeições, e possam abordar os dois valores juntos, em vez de um, é preciso de mais investigação. A neofobia alimentar e a alimentação exigente/confusa são os transtornos alimentares mais preocupantes na pré-escola.

De acordo com Dovey et al.(2008), os dois fatores são diferentes, mas frequentemente usados de forma intercambiável. Eles definem que a neofobia

alimentar é a relutância em experimentar novos alimentos e a comida exigente/confusa é definida como crianças que consomem quantidade inadequada de alimentos. Eles resumiram que a neofobia alimentar é a primeira vez que as crianças se recusam a experimentar um novo item alimentar e as vezes consecutivas em que recusam comer é o que constitui uma refeição exigente.

Schaeffbauer (2015) entende que a pressão para comer, fatores de personalidade, práticas/estilos dos pais e influências sociais podem ser todas as causas de um comportamento alimentar exigente. Assim como a maneira pela qual as atitudes dos pais em relação à comida moldam as atitudes de seus filhos em relação à comida.

Logo, os alimentos que os pais fornecem aos filhos desempenham um papel importante na saúde das crianças, pois, além de preparar as refeições, os pais e professores também tendem a desempenhar um papel primordial no desenvolvimento das crianças. Para Moser (2013) modos de mesa das crianças e habilidades de socialização, como conduzir conversas "apropriadas" em refeições. As refeições coletivas são momentos culturais para a socialização das crianças.

2.2.2 Estratégias para intervenção alimentar

Pesquisadores como Pauline et al. (2011) vêm encontrando formas de lidar com a neofobia da criança em idade pré-escolar e com a dificuldade de comer, e eles são feitos principalmente em ambientes escolares. Estudos recentes se concentram principalmente em vegetais e frutas, uma vez que, esses itens são as categorias de alimentos identificados como mais comumente rejeitados pelos jovens.

Chelsea (2012) produziu um estudo alinhado com um corpo de pesquisa que indica que a exposição visual a vegetais e frutas, tem efeito positivo para aumentar sua ingestão geral em casa e na escola por intermédio de aplicativos disponíveis em dispositivos móveis. Ainda de acordo com o autor o sistema de recompensa é muito indicado para estimular a criança a comer determinado alimento. Sendo recompensadas de alguma forma ao darem de uma a três mordidas no alimento ofertado. Ao darem de quatro a sete mordidas, a criança recebe uma premiação mais atraente, e assim sucessivamente. As crianças recebem apenas as recompensas durante o horário de almoço, mas, recebem o mesmo conjunto de alimentos para o almoço em dias alternativos.

Assim, será possível estimular as crianças quanto ao aumento de ingestão de alimentos, mesmo durante os almoços, quando não são recompensados, e a ingestão de alimentos aumenta mesmo com itens alimentares que não estão incluídos no sistema de recompensa. Trata-se de um estudo mostra dicas visuais e recompensas diretas aos pré-escolares por seu comportamento alimentar que ajuda a aliviar sua rejeição de alimentos e aumenta sua ingestão total de alimentos.

3 ESTRUTURA E DESAFIOS DA ALIMENTAÇÃO PÚBLICA ESCOLAR

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: O PNAE

A fome é um problema permanente que afeta mais de 1,2 bilhão de pessoas, uma situação calamitosa derivada de crises econômicas globais, flutuações nos preços dos alimentos, guerras, conflitos políticos e desastres naturais devastadores que acabam privando milhões de pessoas de algumas regiões mais pobres do mundo de terem acesso à alimentação adequada.

E esse cenário tem sido perseguido por esforços em todo mundo, através de Programas de Alimentação Escolar (PAEs), para se atingir o objetivo de evitar que milhões de crianças não sejam privadas de alguns dos seus direitos humanos básicos como serem alimentadas e irem à escola em busca de uma educação formal que as prepare para uma vida adulta produtiva.

Esta revisão identifica lacunas de pesquisa e desafios que precisam ser abordados no projeto e implementação de PAEs e apelos por avaliações de impacto baseadas em teoria para fortalecer a evidência científica por trás da concepção, financiamento e implementação de PAEs.

Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2005), a Organização de Alimentos e Agricultura, uma agência das Nações Unidas estabelecida em 1945 para garantir melhorias na produção e distribuição de alimentos e produtos agrícolas e elevar os níveis de nutrição da população, revelam que os programas de alimentação escolar (PAEs) têm continuamente ganhado popularidade nos países em desenvolvimento, principalmente os afetados gravemente pela fome infantil e desnutrição visando aumentar o período de concentração e a capacidade de aprendizagem das crianças em idade escolar, fornecendo refeições nas escolas para reduzir a fome em curto prazo que pode prejudicar seu desempenho.

Atualmente, existem PAEs em cerca de 70 dos 108 países de renda baixa e média baixa espalhados ao redor do mundo, e a maioria deles foi iniciada e financiada pelo Banco Mundial e seus parceiros de desenvolvimento, incluindo o *World Food Programme* (Programa Mundial de Alimentos), a maior agência humanitária do mundo que trabalha no sentido de fornecer alimentos a mais de 90

milhões de pessoas em cerca de 80 países, sendo aproximadamente 58 milhões de crianças (FAO, 2014).

Alguns desses PAEs evoluíram e foram adotados nacionalmente, enquanto outros ainda dependem da assistência, financiamento e/ou especialização do Programa Mundial de Alimentos e seus parceiros de desenvolvimento em diferentes graus que têm promovido a alimentação escolar em suas diferentes modalidades há anos como intervenções eficazes que ajudam a aliviar a fome e melhorar as habilidades cognitivas e educacionais das crianças.

Para Bundy et al. (2009), quando as crianças recebem alimentos na escola, os pais não apenas recebem incentivos para enviá-los à escola, como também contribuem de forma direta para a erradicação da fome, o alcance da educação primária universal e o fechamento do hiato de gênero, dando às crianças oportunidades iguais para conclusão da escola primária.

Os programas de alimentação escolar familiar fornecem transferência de alimentos para as crianças na escola, de renda para suas famílias e de recursos para as escolas que operam esses programas. Em 2009, o Banco Mundial e o PMA publicaram uma revisão conjunta enfatizando novamente a lógica e os objetivos desses programas onde os três principais objetivos identificados foram fornecer redes de segurança para as famílias absorverem choques sociais e econômicos, melhorar a educação e o desempenho escolar das crianças em idade escolar e melhorar a nutrição e o estado de saúde das crianças. Paralelamente aos três principais pilares ou objetivos desses programas (redes de segurança, nutrição e educação), foi desenvolvido um marco lógico para que eles mapeiem as entradas, saídas, resultados e impactos para cada um dos seus objetivos e fundamentos (KRISTJANSSON ET AL., 2006; p.28).

Nesse sentido, se a nutrição é o objetivo do programa, os resultados identificados são o alívio da fome e a melhoria do status de micronutrientes das crianças em idade escolar cujos impactos pretendidos são a melhora da nutrição e a saúde das crianças beneficiárias, potencializando inclusive as capacidades de aprendizagem.

No entanto, apesar dos benefícios da alimentação escolar estarem bem documentados, ainda permanece certa controvérsia sobre a eficácia dos PAEs. Segundo Kristjansson et al. (2006), especialistas em uma reunião de intervenções em alimentação escolar/alimentação para educação ocorrido em 2000 concluíram que *“há pouca evidência de benefícios nutricionais da alimentação escolar e que a alimentação escolar apenas aumenta a aprendizagem quando outras melhorias na qualidade da escola são feitas”*.

Kristjansson et al (2006) ressalta que a presente revisão foi realizada para resumir a literatura nutricional sobre o impacto da alimentação escolar, concentrando-se principalmente na relação entre alimentação escolar e mudanças nos resultados nutricionais e de saúde das crianças em idade escolar e secundariamente em resultados cognitivos e educacionais mais estabelecidos.

Há que se esclarecer as lacunas na literatura sobre a alimentação escolar nos países em desenvolvimento e outros desafios enfrentados por aqueles que implementam esses programas. Além, é imprescindível a necessidade de estudos de avaliação de impacto baseados em teoria para fortalecer a concepção e implementação dos PAEs existentes e futuros (KRISTJANSSON ET AL, 2006).

Quanto ao impacto da alimentação escolar na educação e aprendizagem, Espejo et al (2009) disserta que, além dos resultados nutricionais promissores, estudos trazem a importância e os benefícios de oferecer às crianças em idade escolar refeições escolares e/ou lanches para melhorar certas funções cognitivas e desempenho escolar - especialmente entre crianças desnutridas desfavorecidas.

Assim, a alimentação escolar é novamente de particular importância nos países em desenvolvimento com os maiores percentuais de crianças desnutridas, com baixa escolarização e altas taxas de desistência e repetência lembra Bundy et al (2009). A maioria dos PAEs relatados na literatura demonstram um impacto positivo na matrícula e frequência escolar e seu impacto no desempenho acadêmico mostra efeitos positivos consistentes em testes de aritmética, leitura e escrita, ajudando a melhorar o progresso escolar e reduzindo a taxa de desistência (BUNDY ET AL, 2009).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), primeiro e maior programa social do País na área de alimentação ativo criado no Brasil desde a década de 1950, ainda à época chamado Programa Nacional de Merenda Escolar pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA), para reduzir a deficiência nutricional de nossos alunos mais carentes, e assim, segundo Schneider (2014), contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes, através da oferta da alimentação escolar e das ações de educação alimentar e nutricionais.

O PNAE atende alunos dos segmentos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) devidamente matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades

comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros (SCHNEIDER, 2014).

Sturion (2002) nos lembra, que com a descentralização do programa na década de 1990, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, e responsável pelo PNAE, designou convênios com estados e municípios para o repasse de recursos financeiros, condicionados à criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) em cada estado e município do País - que deveriam fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar e também acompanhar a elaboração dos cardápios, atividade esta que foi incumbida aos estados e municípios. A partir de 1997 o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passa a ser o responsável pelo PNAE.

Schneider (2014) detalha de forma objetiva que a “descentralização” da administração da alimentação escolar foi um marco dentro desse programa, momento em que foi possível organizar e racionalizar melhor a logística e custos de distribuição dos produtos, viabilizando o oferecimento de uma alimentação escolar condizente com os hábitos da população nas diferentes localidades do País, utilizando um padrão alimentar baseado em alimentos processados desde a infância, nos hábitos alimentares das crianças atendidas pelo programa.

Segundo o Ministério da Educação, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), as realizações do repasse aos municípios passaram a ser feitas baseadas no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (BRASIL, 2001).

Em 2009, com o PNAE em vigor dispendo sobre atendimento da alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, foram alteradas as Leis 10.880/04, Lei 11.273/06, Lei 11.507/07 e ainda revogou-se os dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36/01 e a Lei nº 8.913/94 estabelecendo, dentre outros, diretrizes e dando as seguintes providências:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em

conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (BRASIL, 2009).

Schneider (2014) defende que as diretrizes primárias do PNAE se fundamentam na devida nutrição de nossas crianças inscritas na educação básica regida pelo Estado. Para o autor, a alimentação escolar é um direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado devendo ser promovida e incentivada com o objetivo de atender os princípios por ela estabelecidos e contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentar saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (SCHNEIDER, 2014).

3.2. AGRICULTURA FAMILIAR: UMA SAÍDA PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR MAIS SAUDÁVEL

No momento em que essa pesquisa vem discutir acerca da importância da alimentação saudável nas escolas públicas municipais, traz-se também para essa discussão a relevância de se incentivar parcerias entre a escola e a agricultura de forma a beneficiar substancialmente o sistema da alimentação escolar e, conseqüentemente, o desenvolvimento rural sustentável dos agricultores familiares do município de Presidente Kennedy-ES.

De acordo com o inscrito na lei sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, os

cardápios devem priorizar os alimentos *in natura* e os semielaborados (produtos básicos) - momento em que vê-se o favorecimento da agricultura familiar pelas práticas quase que artesanais de cultivo, de onde se destacam alimentos com poucos defensivos agrícolas (agrotóxicos) -, para oferecer pelo menos três porções de frutas e hortaliças por semana e alimentos que apresentem aceitabilidade acima de 85% (SCHNEIDER, 2014).

No entanto, o “privilégio” dado à agricultura familiar pode ser interrompido caso algumas determinações impostas pela Lei nº. 11.947/09 não sejam cumpridas, impedindo assim que seus produtos sejam adquiridos pelo PNAE, que dispensa a aquisição de gêneros da agricultura familiar no momento em que houver impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente, inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios e ainda condições higiênico-sanitárias inadequadas, ou seja, em desacordo com o disposto no art. 25 (BRASIL, 2009).

Vê-se que o Estado procura dentro dos limites legais avançar no fortalecimento e fiscalização da relação entre o PNAE e a agricultura familiar Segundo Santos (2014):

Em relação aos recursos financeiros do PNAE, o Censo Agropecuário do IBGE de 2006 apesar de ter identificado cerca de 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar (84,4% do total), percebeu que apenas 24,3% (80,25 milhões de hectares das áreas) deles estavam ocupados pela agricultura familiar. Em 2010, para aplicação do texto inserido no Art. 14 da Lei nº 11.947/09 e identificação dos grupos alimentares integrantes dos cardápios da alimentação escolar das escolas públicas brasileiras, o FNDE pesquisou o mecanismo das compras dos produtos da agricultura familiar com no mínimo 30% dos recursos financeiros do PNAE transferidos no ano anterior a Estados, Distrito Federal e Municípios (SANTOS, 2014; p. 81).

Somam-se a essas exigências o fato de que o art. 25 ainda requer que os produtos adquiridos para o PNAE sejam devidamente submetidos ao controle de qualidade observando-se a legislação pertinente, como mais um dos requisitos exigidos pela legislação - e que justificariam a não aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar.

No momento em que prioriza os alimentos *in natura* e os semielaborados, assim como direciona seu foco para o oferecimento de refeições balanceadas que ofereçam pelo menos três porções de frutas e hortaliças por semana, além de alimentos com alta aceitabilidade, vê-se que o PNAE reitera o papel de destaque da

nutrição adequada na alimentação escolar e das merendeiras que preparam as refeições, funções imprescindíveis na promoção da saúde no ambiente escolar (BRASIL, 2009).

Direito da população e dever do Estado, a alimentação ainda possui um grande contingente de pessoas no Brasil que não atingem a quantidade mínima de calorias diárias estabelecidas pelos parâmetros da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO (2014) a serem ingeridas para o pleno desenvolvimento humano.

Mas, apesar dos avanços e garantias de acesso em quantidades de alimentos, o que se tem debatido nos fóruns sociais em que se elaboram propostas para segurança alimentar é que, além das questões quantitativas, devem ser incorporadas as questões qualitativas e de soberania. Para Fernandes (2011) o debate sobre a qualidade implica em estabelecerem-se parâmetros de preços a serem repassados para a aquisição, a conscientização e a capacitação para melhorar as técnicas de preparo dos alimentos, e, o mais importante, a atenção especial à origem dos produtos.

Em suma, o envolvimento direto do agronegócio, definido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2011) como o ramo que compreende atividades econômicas ligadas, basicamente, a insumos para a agricultura, como fertilizantes, defensivos, corretivos, a produção agrícola, compreendendo lavouras, pecuária, florestas e extrativismo, a agroindustrialização dos produtos primários, transporte e comercialização de produtos primários e processados.

Esta última questão, relacionada à origem dos alimentos, não foi tida como prioridade ao longo do tempo, mas se relaciona diretamente com a qualidade da alimentação. Sobre a noção de soberania, se coloca a produção própria do País, em quantidades autossuficientes, sem sofrer abalos conjunturais. Esses dois elementos (qualidade e origem) devem estar aliados e articulados com o desenvolvimento local e regional, valorizando a produção da agricultura familiar.

Nesse sentido, a agricultura familiar chegou à escola como política pública no Brasil, vinculada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) cujo objetivo é o de discutir a interface entre agricultura familiar e alimentação escolar, considerando as barreiras e mecanismos de enfrentamento como, por exemplo, a burocracia, escassez da assistência técnica, resistência a mudanças, fragilidades na organização dos agricultores e gestores públicos. Momento em que, Bevilacqua e

Triches (2014) destacam a necessidade de se construir uma interface para enfrentar esses obstáculos com mecanismos de diálogo, intersectorialidade, treinamento e organização.

Alves (2015) destaca que nesse processo, em que se insere a busca pela produção agroecológica e convencional da agricultura familiar, a distribuição desses alimentos até chegar às escolas não é simples. Uma série de questões burocráticas é exigida do pequeno agricultor para que o mesmo tenha o direito de participar das chamadas públicas para a alimentação escolar.

Para Cunha (2013), em um país com fortes raízes agrárias centradas no latifúndio, com políticas públicas voltadas, em grande medida, para o agronegócio, a agricultura familiar não é atendida de forma eficiente e funcional pelos programas e políticas direcionados ao setor. Muitas vezes subsiste na invisibilidade socioeconômica, pressionada pelo agronegócio. Em alguns casos estratégias de resistência são adotadas com o intuito de manter o trabalho e a vida no campo por parte dos agricultores familiares dessas localidades. É possível perceber, que mesmo buscando formas alternativas e atividades não agrícolas, muitas famílias não resistem às dificuldades que enfrentam e deixam o campo. Quais são essas estratégias de resistência que possibilitam às famílias de agricultores permanecerem no meio rural? Porque muitas desistem, engrossando as fileiras do êxodo rural?

Assim, destacam Bavaresco e Mauro (2012), se os setores mais interessados na implantação desse sistema de integração entre a agricultura familiar e o fornecimento de uma alimentação saudável e mais adequada aos alunos da educação básica se mobilizarem na criação de mecanismos para enfrentamento e superação desses obstáculos através do diálogo, interseccionalidade, treinamento e organização, estimular-se-á o estabelecimento e fortalecimento das relações de confiança que promovem a conscientização de ambas as partes sobre a importância do PNAE e a realização dos ajustes necessários para atender aos requisitos do programa, seus objetivos e diretrizes.

Para Alves (2015) a falta ou excesso de alimentos traz graves consequências: a fome, obesidade, além de fome oculta, carências nutricionais e doenças não transmissíveis. Duas condições em total oposição, que levam à degradação do corpo humano. Aqui trataremos também da fome, uma vez que ela foi a origem das políticas públicas voltadas à alimentação e nutrição no Brasil, entre elas o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foco desta pesquisa.

É válido lembrar que o conceito de (in)segurança alimentar e nutricional ampliou-se consideravelmente e implica numa dimensão qualitativa, de contaminação química, socioambiental e até do excesso de comida e distúrbios causados pela má alimentação, e não só pela carência da mesma. A política pública mais antiga do país e o segundo maior programa de alimentação escolar do mundo, o PNAE serve de inspiração para outros países, ao integrar a produção dos pequenos agricultores às mesas escolares (ALVES, 2015).

Com o PNAE todos os alunos da educação básica matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias conveniadas, são atendidos com recursos financeiros da União por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O Programa, implantado em 1955, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem e melhoramento do rendimento escolar dos alunos, assim como a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Segundo dados de Soares et al. (2015), a partir de 2009, com a Lei nº 11.947, 30% do valor foram direcionados à compra direta de produtos da agricultura familiar. Os valores repassados a cada dia por aluno variam de R\$ 0,30 do ensino fundamental, médio, jovens e adultos, a R\$ 1,00 para creches e ensino integral. A sociedade acompanha e fiscaliza por meio de Conselhos, do Tribunal de Contas e Ministério Público, dentre outras instituições.

Se antes as crianças se alimentavam com enlatados cheios de conservantes e comidas processadas, sobretudo por causa do poder das grandes indústrias de alimentos, que sempre dominaram o setor com produtos altamente calóricos e menos nutritivos, hoje é possível ver em suas refeições frutas, hortaliças, verduras, dentre outros produtos saudáveis, inclusive regionais, que há tempos tinham se perdido nos hábitos locais.

Essa nova realidade é corroborada pelos relatórios do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar CECANE/RS (2011) numa pesquisa realizada por Santos (2014) cujos dados estatísticos revelam:

1. Cereais, tubérculos e raízes, arroz branco, macarrão, batatas, pães e biscoitos, tiveram a maior oferta no cardápio da alimentação escolar nas escolas públicas;
2. As frutas atingiram índices de 70,5% em média em diversas regiões do País, com exceção do norte (53,5%). Ali observou-se a ausência de 37,2% de vegetais não folhosos e 90,1% de vegetais folhosos; O grupo das carnes e ovos teve ofertas mais significativas nos cardápios, ou seja, carne bovina (79,6%), frango (66,4%) e ovos (37%);

3. Em 72,2% dos cardápios encontrou-se a presença do leite e 10,6% de queijo, embora conste a presença em mais de 50% dos cardápios;
4. Nos temperos, o sal esteve presente na composição dos cardápios com uma média semanal de 1,9g;
5. Legumes como o feijão apareceu em 47,1% dos cardápios, a margarina em 31,8% e óleo de soja em mais de 90%;
6. Verificou-se uma elevada ingestão de conservas de vegetais e preparações salgadas (seletas de legumes, conservas de batata e cenoura, almôndegas, arroz à grega, formulados para risoto, carne bovina, de frango e suína enlatada), aproximadamente em 38,7% dos cardápios.
7. Concluindo, percebeu-se uma melhoria nos grupos alimentares nos cardápios das escolas públicas observando-se em 66,3% dos Estados e Municípios a aquisição de produtos da agricultura familiar para utilização na alimentação ofertada aos estudantes das escolas públicas.

Em outra pesquisa de Santos (2014), dessa vez no ano seguinte, levantou-se outra realidade através dos dados do CECANE/RS (2012) onde se percebeu:

1. Em 73% dos municípios brasileiros se compra gêneros alimentícios da agricultura familiar sendo a Região Sul a que apresentou o maior (95%) dos municípios; Os menores percentuais estavam nas regiões Norte (62%) (Amapá e Roraima) e Centro-Oeste (25%). Na região Nordeste, o menor percentual foi do Piauí com 44,2%.
2. Em 149 municípios o processo de aquisição de produtos estava se iniciando sendo que 31 municípios haviam suspenso a aquisição iniciada no ano de 2011;
3. Em 31% dos municípios as informações eram de que havia a aquisição de produtos orgânicos, sendo o melhor índice apresentado pela Região Sul, seguida pelo Estado da Paraíba (Nordeste) e pelo Estado de Santa Catarina, na região Sul, mais de 40%;
4. Goiás (19,9%), Alagoas (18,6%), Sergipe (17,3%), Amapá (12,5%), Rio de Janeiro (15,8%) e São Paulo (18,8%) surgiram como os Municípios com o menor percentual de aquisição de orgânicos;
5. A maior parte dos Municípios (95,6%) que participaram da pesquisa afirmou conhecer a existência de lei que obriga, no mínimo, 30% dos recursos financeiros do PNAE para a aquisição de produtos alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos das escolas públicas;
6. Cerca de 81,4% (3.841 municípios) utilizam a chamada pública para a aquisição de produtos da agricultura familiar;
7. Concluindo, cerca de 31% dos municípios que responderam à pesquisa compraram produtos orgânicos e 75% justificaram a não aquisição devido a ausência de disponibilidade (65%) e variedade (61%), ausência de certificação (52%) e preços praticados (37%). Atribuíram à baixa qualificação dos agricultores familiares principalmente na produção (41%) e na comercialização (18%) como as dificuldades encontradas.

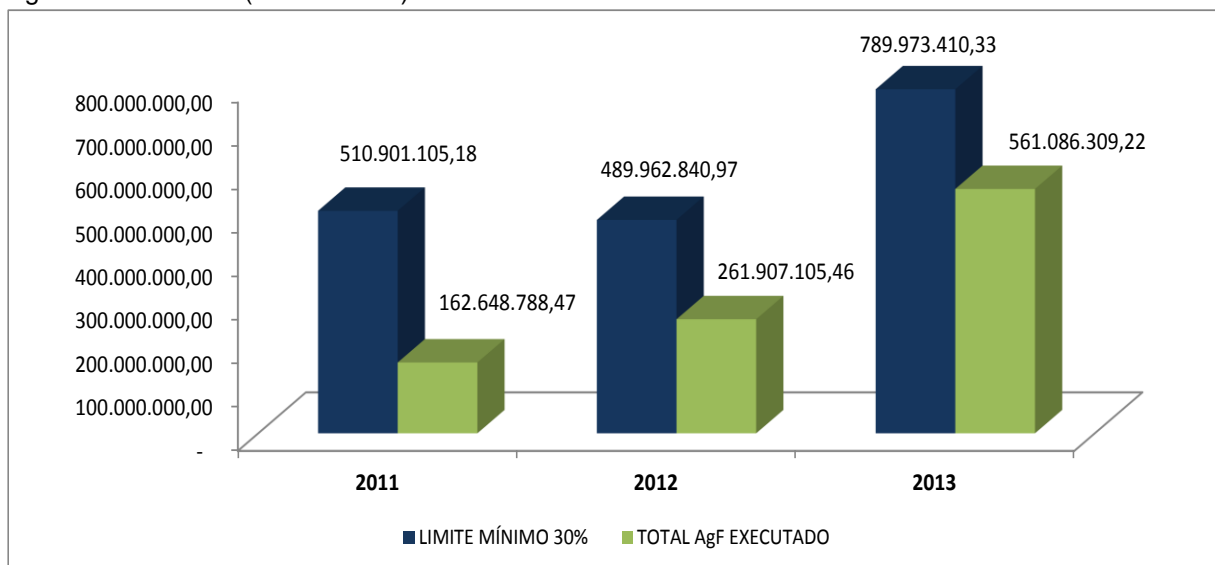
Essa realidade começou com a agricultura familiar no Brasil no momento em que chegou à escola como uma política pública vinculada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) através da Lei 11.947 que entrou em vigor em junho de 2009. Trata-se do programa social mais antigo do governo federal brasileiro no país na área de alimentação e nutrição e considerado um eixo de políticas públicas nesse campo.

Domene (2008) lembra que, com o advento desse novo modelo, permitiu-se melhorar a alimentação escolar e diminuir a oferta de alimentos processados, pré-cozidos e desidratados, antes muito comuns no cardápio das crianças.

Com a atualização da legislação que rege o programa em 2009, pela Lei Federal nº 11.947, estabelecendo novas diretrizes para a merenda escolar no Brasil e vinculando a agricultura familiar ao PNAE, passou-se, através do seu artigo 14 a investir pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal para cidades do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de alimentos saudáveis produzidos por agricultores familiares locais - aqui a preferência deve ser dada aos alimentos orgânicos, bem aos produzidos por comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos de reforma agrária (BRASIL, 2009). Uma questão inovadora que se destaca na aquisição de alimentos para alimentação escolar e ainda expressa apoio ao desenvolvimento local sustentável, fortalecendo pequenos agricultores.

No entanto, ainda existe uma distância entre os recursos financeiros disponíveis através do PNAE para aplicação na agricultura familiar e o que realmente se investe nesse processo, conforme destaca o gráfico disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em consonância com o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC) – um instrumento utilizado para realização das prestações de contas dos recursos advindos do FNDE.

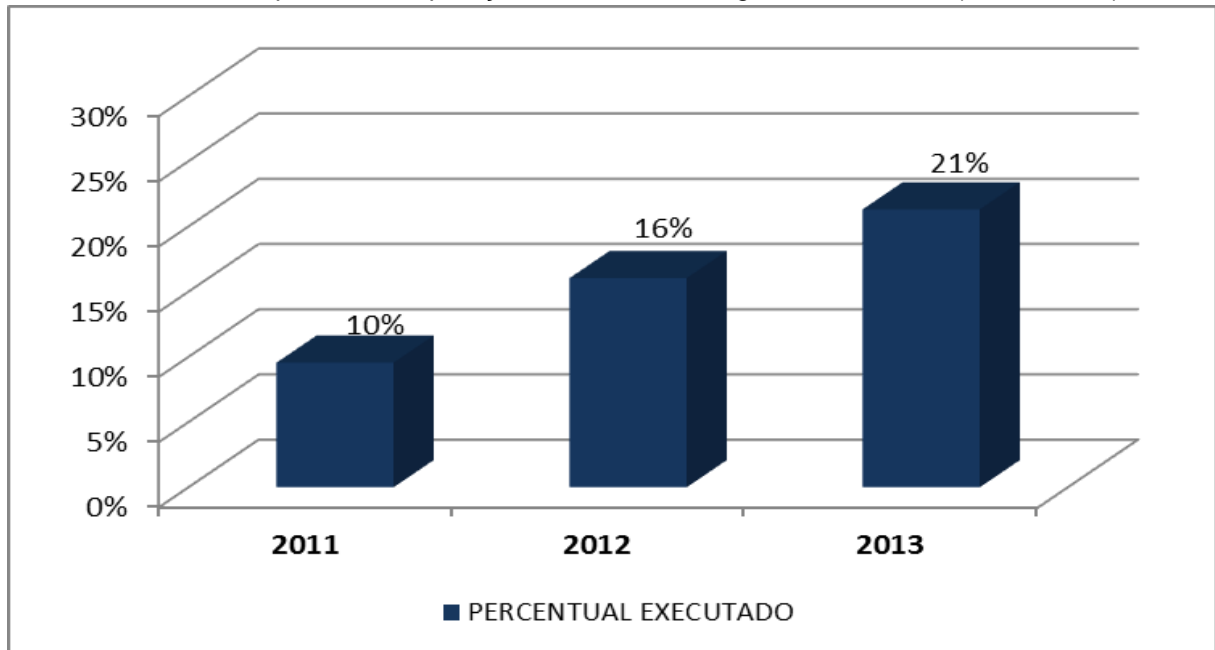
Gráfico 1. Paralelo entre o percentual dos recursos previstos em lei e o aplicado na Agricultura Familiar (2011 a 2013)



Fonte: Adaptado do FNDE/SiGPC (BRASIL, 2014).

Percebe-se pelo exposto que, apesar de ainda não se ter investido a totalidade dos recursos financeiros advindos do PNAE para a aquisição de produtos da agricultura familiar, houve uma evolução de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 2. Análise comparativa da aplicação de recursos na Agricultura Familiar (2011 a 2013)



Fonte: Adaptado do FNDE/SIGPC (BRASIL, 2014).

Somente em 2011, dos cerca de R\$1,7 bilhões em recursos financeiros disponibilizados pelo programa apenas R\$162,6 milhões (cerca de 10%) foi investido conforme estabelecido por lei. Em 2012 notou-se um crescimento no percentual, pois, dos R\$1,6 bilhões investidos, aplicou-se R\$256 milhões (16%), também não atingindo o limite da Lei. E em 2013, aplicou-se R\$ 336 milhões (21%) valor ainda inferior ao previsto na legislação.

O PNAE tem disseminado na sociedade os princípios da promoção da alimentação adequada e saudável, e nos convoca a continuar enfrentando os enormes desafios para a sua universalização. A produção familiar tem promovido uma verdadeira transformação, ao permitir que alimentos mais saudáveis e com forte apelo regional possam ser consumidos diariamente pelos alunos de todo país. Isso significa a melhoria na alimentação de aproximadamente 48 milhões de crianças e adolescentes Brasil afora.

Na visão de Baccarin et al. (2012) antes, de maneira geral, a alimentação escolar era feita com produtos processados e com pouca diversidade, possivelmente fracos em vitaminas e sais minerais, que são encontrados em abundância em frutas

e verduras, oferecidas com a inclusão da agricultura familiar. Isso tem possibilitado o consumo de um produto mais nutritivo e fresco aumentando a qualidade e diversidade de alimento.

3.2.1 Vinculando a alimentação saudável ao PPP da escola

O Projeto Político Pedagógico (PPP), um instrumento que reflete a proposta educacional da escola, é um instrumento que também deve ser utilizado pela escola para se desenvolver um trabalho coletivo na direção de se construir uma mentalidade, cujas responsabilidades pessoais e coletivas deverão ser assumidas para execução dos objetivos estabelecidos em prol da comunidade escolar e população local.

Um bom exemplo disso é poder vinculá-lo a uma parceria entre os atores envolvidos no processo de se alcançar uma alimentação saudável através dos produtos da agricultura familiar (agricultores familiares, gestor escolar, membros do Conselho de Alimentação Escolar [CAE], professores, cozinheiras, alunos, poder público, nutricionistas), conduzindo-os ao diálogo, sabendo o que pensam esses diferentes atores sociais em relação ao processo da aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, após a implementação da Lei n. 11.947/09 que transformou a letra da lei em realidade.

Nesse sentido Triches e Kilian (2016) lembram que o processo de implementação do Artigo 14 da Lei nº 11.947/09 está estritamente relacionado à emergência de mudanças, de maneira que acaba por envolver as noções de interfaces, domínios e arenas, nos quais a consciência prática e discursiva dos atores é mobilizada para "impor" suas vontades e suas regras aos outros atores. Logo, destaca Giddens (2000), no momento em que são estabelecidas interfaces entre os atores sociais, é possível se verificar os vários tipos de conhecimento existentes, os que surgem no encontro de horizontes, e como se efetiva a incorporação de nova informação e de novos marcos discursivos ou culturais.

Outro ponto importante é bem lembrado por Almeida (2011) que nos fala a forma como o PNAE incita que as distintas interfaces (atores sociais e configurações de conhecimentos existentes a sua volta) a dialogar. Nesse contexto, por exemplo, que o CAE (criado em 1994 por meio da Lei nº. 8.913, sucedida pela Lei 11.947/09, que estabelece que o recurso do PNAE seja repassado apenas às Entidades

Executoras que tenham o CAE em funcionamento) surge como uma ponte, um mecanismo fundamental para a plena execução do PNAE, devido, inclusive, à presença de atores-chave nele – some-se ainda a participação em todas as fases do programa como fiscal monitorando e assessorando as entidades executoras na aplicação dos recursos financeiros (ALMEIDA, 2011).

Necessário se faz, portanto, ressalta Triches e Kilian (2016), saber seus conceitos, suas convergências, reconhecer as divergências e as possíveis reiteraões para entender melhor o processo através desses pontos de vista e assim procurar unificá-los de forma que se unam de maneira recíproca pautados sob relações de confiança e integração.

E parte dessa unificação de pontos de vista deve se dar pelo objetivo do CAE, definido por Bandeira (2012) como um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, cujo objetivo é a realização do “controle social” dentro do PNAE - cujo conceito prevê a participação de diferentes setores sociais nos mais variados níveis de organização da sociedade, com multiplicidades de interesses, de forma que sua participação não se dê de maneira difusa, mas sim institucionalizada (BANDEIRA, 2012).

O Ministério da Educação, através da criação das diretrizes que regem o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e conseqüentemente o PNAE e o CAE determina que o controle social venha ao encontro da necessidade de inovação, tornando-se para isso uma mudança na cultura política.

Trata-se de uma ação organizada, sistemática da sociedade civil sobre o Estado, de um direito público e subjetivo que não se limita ao atendimento dos direitos pessoais, cujo desenvolvimento do seu trabalho leva o controle social a uma luta constante contra o tradicionalismo de pessoas e setores - uma realidade presente em grande parte das fiscalizações no que se refere à aplicação de recursos públicos. Porém, é por meio deste rompimento e inserção de novas visões e interesses que se espera estar garantida a prática da cidadania com envolvimento e fiscalização (BRASIL, 2018).

Machado (2011) entende que através do controle social começa o processo de descentralização na gestão das escolas resultando numa maior aproximação das políticas e dos serviços públicos à população, coo os investimentos do FNDE destacados no Quadro 1. Dessa forma, se evidenciar a atuação e pontos de vista de gestores, conselheiros e atores do processo de alcance de uma alimentação saudável através dos produtos da agricultura familiar, suas motivações, necessidades e interesses, dificuldades encontradas e estratégias utilizadas para

implementação e execução do PNAE, é fundamental na medida em que são produzidos elementos para diminuir a distância e as diferenças que ainda existem na execução de programas e políticas públicas.

Quadro 1. Valor investido na Alimentação Escolar e Agricultura Familiar no município da pesquisa

Município	Ano	Repasse do FNDE	% AF
Presidente Kennedy-ES	2020	R\$ 195.800,00	58.470,00

Fonte: Adaptado a partir do banco de dados do FNDE (2020).

* FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

* AF: Agricultura Familiar

*Cálculo realizado com base no repasse dos valores do FNDE para o município investir na alimentação escolar. Assim foi possível calcular o percentual destinado à agricultura familiar.

A partir dos dados lançados na tabela acima, pode-se ver que, de forma criteriosa, a Prefeitura de Presidente Kennedy-ES, vem conseguindo honrar com os recursos disponibilizados pelo FNDE para o referido município usar responsabilmente com a agricultura familiar, dentro dos percentuais de atendimento do Artigo 14 da Lei 11.947/09, que versa sobre o investimento de 30% do valor na alimentação escolar proveniente da agricultura familiar.

4 METODOLOGIA

Este estudo teve o intuito de explorar a temática do papel da escola na promoção de uma alimentação saudável na EMEF Pluridocente Jiboia de Presidente Kennedy-ES, contextualizando teoria e práticas sobre a forma como as ferramentas lúdicas poderão auxiliar nas relações familiares e escolares, especificamente durante as refeições, associada às formas atuais e potenciais pelas quais as crianças pequenas podem usar a tecnologia como uma forma de brincar nas refeições com suas famílias e seus professores.

A pesquisa desenvolvida inseriu-se no contexto das pesquisas qualitativas onde se buscou desenvolver informações baseado em hipóteses de um problema de cunho qualitativo, compreendendo o conhecimento parcial em permanente construção. Segundo Bogdan e Biklen (2006), a pesquisa qualitativa trata da investigação como fonte de dados no ambiente, em que o pesquisador se torna instrumento principal. Neste sentido, a pesquisa é classificada de cunho descritivo qualitativo, em que o pesquisador passa a observar o processo, analisando o máximo de detalhe desde a coleta de dados, interpretação dos mesmos e não apenas os resultados.

A finalidade da metodologia foi a reconstrução teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, melhorar embasamentos teóricos no sentido de reconstruir teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes ao assunto abordado (DEMO, 2000).

Em detalhes, a metodologia empregada nesta pesquisa foi desenvolvida obedecendo ao seguinte percurso: Pesquisa bibliográfica; apreciação documental; observações, entrevistas. No primeiro momento dispôs-se a uma análise bibliográfica de autores renomados da área que discutem sobre esse tema, ao mesmo tempo em que refletiu qual a finalidade das ferramentas lúdicas como forma de condução para uma alimentação saudável.

Através da pesquisa bibliográfica se buscou compreender os autores que, nos últimos anos, vêm debatendo sobre a forma como as ferramentas lúdicas podem contribuir para uma alimentação saudável na educação infantil e, conseqüentemente, os desafios que o método o lúdico traz para conduzir uma criança a uma alimentação saudável. Assim, foi possível identificar onde o tema

surgiu de forma global, bem como os vários estudos que o abordam nas instituições de ensino nosso país.

Esta pesquisa, por ser multifacetada e marcada por diferentes orientações e metodologias, segundo Yin (2016), permitiu realizar uma investigação científica aprofundada de vários temas relacionados à realidade singular ou a múltiplas realidades, capturando o significado de fenômenos subjetivos na perspectiva dos participantes do estudo, para serem discutidos dentro do campo do uso da ludicidade como ferramenta para uma alimentação saudável na educação infantil.

Yin (2016) destaca também como uma das principais características que definem a pesquisa qualitativa, o fato de que ela estuda o significado da vida das pessoas nas condições do cotidiano. Assim, pela visão do autor, o pesquisador poderá obter um panorama aprofundado do contexto em estudo, da interação da vida cotidiana das pessoas, grupos, comunidades e/ou organizações. Logo, trata-se de uma abordagem naturalista que busca entender fenômenos dentro dos próprios contextos específicos da “vida real”.

Somado a isso será foi realizado um estudo de caso descritivo que, segundo Yin (2016), é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes, de forma a se coletar, apresentar e analisar os dados corretamente.

Assim a linha descritiva se encaixou nessa pesquisa por ser um estudo de caso exploratório. Optou-se por esse tipo de estudo de caso até mesmo porque, segundo as palavras de Yin (2016), embora não se resume à exploração, ele permite ao investigador elencar elementos que lhe possibilite diagnosticar um caso com perspectivas de generalização naturalística.

Nesse caso em especial, permitiu ainda um aprofundamento maior na forma como as ferramentas lúdicas podem atuar incentivando a alimentação saudável e sua funcionalidade durante as refeições na educação infantil e, concomitantemente, colaborou também para responder ao objetivo deste estudo que buscou analisar como as ações relacionadas à alimentação escolar na EMEF Pluridocente Jiboia, nas crianças da Educação Infantil, estão sendo implementadas com o propósito de promover uma alimentação saudável.

4.1 SUJEITOS E AMBIENTE DA PESQUISA

A pesquisa se deu na EMEF Pluridocente Jiboia de Presidente Kennedy-ES e a pesquisa sobre a forma como as ações relacionadas à alimentação escolar, nas crianças da educação infantil, estão sendo implementadas com o propósito de promover uma alimentação saudável. Ela foi desenvolvida no turno do segmento escolhido, a Educação Infantil, Pré II, para alcance de uma visão mais concreta. Será feita uma pesquisa qualitativa, através de um estudo de caso que se dará por intermédio de uma conversa *on line* através do aplicativo *Google Meet*² (devido aos tempos de isolamento que estamos vivendo em decorrência da pandemia da Covid19), com 05 (cinco) alunos e 02 (duas) professoras da referida escola, através de entrevistas individuais na plataforma que utilizou um questionário para levantamento dos dados necessários para esse estudo.

Segundo Yin (2016) a escrita do estudo de caso deve se preocupar com aspectos de adequação e retórica do texto e, em termos de adequação ele pode ser direcionado para um público-alvo, todavia deve ser claro o suficiente para outros públicos entenderem. Some-se a isso o fato de ser criticado por outros pesquisadores, participantes e informantes, daí a necessidade de caracterizar os sujeitos da pesquisa, ou estabelecer seu anonimato, e ser atraente para o leitor.

4.2 COLETA DE DADOS

O penúltimo procedimento da pesquisa referiu-se à forma de colher as informações necessárias para responder ao nosso problema de pesquisa, e que se deu por intermédio de uma conversa *on line* sobre o papel da escola na promoção de ações relacionadas à promoção de práticas alimentares saudáveis na educação infantil, na condição de observadora do processo de planejamento no lócus da pesquisa.

Esse procedimento *on line* foi realizado para identificar como se dá a inserção dessas ações como instrumento de incentivo para uma alimentação saudável e sua funcionalidade durante as refeições na educação infantil, bem como perceber a inserção da ludicidade no planejamento pedagógico da escola como um todo,

² Serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google que permite fazer reuniões e entrevistas online, tanto pelo computador quanto por dispositivos móveis.

principalmente no que diz respeito ao processo de alimentação saudável das crianças.

Por fim, foi realizada uma entrevista semiestruturada, com questões abertas para 05 (cinco) alunos e 02 (duas) professoras de uma escola municipal que pertençam às etapas da Educação Infantil, Pré II, da escola lócus dessa pesquisa, para o levantamento de informações e discussão sobre pontos que contribuirão com o norte da pesquisa, permitindo verificar o contexto real do uso da ludicidade como ferramenta para uma alimentação saudável na educação infantil, nas práticas pedagógicas dos professores/sujeitos da pesquisa.

Conforme Gil (2016), a entrevista semiestruturada tem como característica os questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Assim, os questionamentos dão frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. Ou seja, o foco primordial nesta análise será posto pelo pesquisador.

Certo que os objetivos expostos na pesquisa servirão de norte ao longo do estudo, buscou-se estabelecer relações entre o compreendido das afirmativas dos entrevistados e o mostrado pela pesquisada. Para Triviños (1987) a entrevista semiestruturada é a que favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas sua explicação e a compreensão de sua totalidade, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta das informações.

4.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Essa última etapa foi constituída pela discussão e análise dos dados e organizada em partes onde, na primeira delas, serão utilizados dados obtidos das entrevistas, traçando o perfil do grupo pesquisado e destacando os principais aspectos de suas falas, opiniões sobre a alimentação disponibilizada pela escola, além do seu tempo de magistério, de trabalho na escola pesquisada, formação acadêmica, projetos desenvolvidos na educação infantil envolvendo a temática da alimentação saudável.

Em seguida foram apresentados os dados obtidos a partir da coleta de informações nas entrevistas cujos resultados encontrados serão avaliados por tratamento descritivo, numa análise qualitativa onde os dados das entrevistas serão devidamente transcritos e analisados posteriormente em formato de texto na busca

de desenvolver as duas atividades práticas necessárias: reconhecimento do tipo de dado que pode ser produzido, analisado e explicado; e desenvolvimento das atividades práticas que se adéquem à coleta dos dados de acordo com o objetivo almejado pela pesquisa.

Ao final da aplicação dessa metodologia na prática diária, os docentes foram incentivados a colocar em prática as noções e habilidades desenvolvidas em cada etapa do processo junto aos alunos, num procedimento que possibilitou avaliar os progressos alcançados.

Como produto final foi desenvolvida uma Cartilha Digital que funcione como um guia didático, levantando a importância das atividades lúdicas como recurso para alcance de uma alimentação saudável na educação infantil com as etapas necessárias para que haja a devida otimização desse processo nas escolas do município de Presidente Kennedy-ES.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo teve como intuito explorar a temática do papel da escola na promoção de uma alimentação saudável e para tal contextualizaram-se fatores como os processos formativos dos docentes dos anos iniciais da escola investigada e como veem a importância de uma alimentação saudável nas escolas públicas municipais, além das estratégias que são desenvolvidas para promoção de uma alimentação saudável na EMEF Pluridocente Jiboia de Presidente Kennedy-ES.

Além disso procurou-se também investigar e descrever que tipos de práticas de ensino são utilizadas envolvendo a temática da alimentação saudável, assim como se tem sido promovida a alimentação saudável no ambiente escolar, seja por intermédio de projetos ou metodologias diversificadas, ou mesmo se ainda neste ano em curso, existe na escola algum tipo de ação ou projeto desenvolvido que englobe a importância da alimentação saudável.

Utilizou-se assim um roteiro de entrevista com os docentes (Apêndice I) para, de forma investigativa, entender como as ações relacionadas à alimentação escolar estão sendo implementadas, nas práticas educativas da EMEF Pluridocente Jiboia, junto às crianças da educação infantil, com o propósito de promover uma alimentação saudável.

Da mesma forma, foi lançado mão de outro roteiro de entrevista, dessa vez com os alunos, (Apêndice II) para fortalecer a discussão entre os profissionais da educação e a família sobre a importância de uma alimentação saudável na escola alvo.

Ambos os procedimentos foram realizados para levantamento de informações e posterior discussão sobre pontos que contribuirão com o norte da pesquisa, o que permitiu não apenas abordar a temática do papel da escola na promoção de uma alimentação saudável na educação infantil da escola lócus, mas também entender de que forma se dão as práticas de ensino envolvendo a educação nutricional.

Nesse procedimento *on line* foi possível identificar como acontece o processo de educação nutricional e de forma ele é abordado de forma criativa junto às crianças para estimular sua motivação e o interesse em desenvolver uma alimentação saudável. Ressalta-se que ambas as professoras são do sexo feminino e que serão identificadas por letras preservar a identidade.

Mas como desenvolver uma metodologia em sala de aula que seja criativa e ao mesmo tempo motivadora para despertar no aluno o interesse por uma alimentação mais saudável?

As entrevistas realizadas permitiu entender a necessidade de se criar mais metodologias criativas e inovadoras, fugir do “tradicional” e “convencional”, criar salas de aula ao ar livre, por exemplo, lançar mão de recursos tecnológicos, quando necessário, para apoiar e incentivar a criatividade e a imaginação das crianças pequenas no que diz respeito à percepção do cuidado com a alimentação e a própria saúde.

Para Good e Brophy (2008), dentre algumas pré-condições que podem preparar o terreno para o emprego bem-sucedido de estratégias motivacionais, destacam-se: tornar a sala de aula uma “comunidade” que apoia a aprendizagem com atividades de dificuldade apropriada; o desenvolvimento de atividades que conduzam a resultados de aprendizagem valiosos; e por fim, a postura do professor usando, de forma variada, estratégias motivacionais.

Bronson e Merryman (2010) destacam que, embora a necessidade de apoiar a criatividade nas crianças hoje esteja se tornando cada vez mais evidente, pesquisas indicam que ela tem diminuído significativamente em escala global nos últimos 20 anos.

Na visão de Kim (2011) a “insistência” de muitos docentes em permanecer ministrando um estilo de ensino convencional é uma das maiores ameaças à criatividade, tornando as crianças cada vez menos expressivas, enérgicas, humorísticas, imaginativas, não convencionais e, fatalmente, menos propensas a ver as coisas de um ângulo diferente.

No que tange a pesquisa abordada por esse estudo, essa visão conservadora do ensinar, e a própria ausência da criatividade, afasta a criança, no ambiente escolar, de querer entender a importância de se ter uma boa alimentação na escola, de como isso pode ser feito, de aprender o que é uma alimentação saudável.

Por isso as metodologias de ensino da educação nutricional devem ser desenvolvidas o quanto antes na escola, pois, segundo Terence (2008), as crianças desenvolvem as preferências alimentares a partir dos dois anos de idade, assim as refeições em família e na escola tornam-se um momento importante para desenvolver atitudes e comportamentos saudáveis levando pediatras, nutricionistas e acadêmicos a elaborar diretrizes e princípios para essas refeições.

Porém, afirma Ying-Yu et al (2019) as refeições com crianças pequenas são uma fonte de estresse para muitos pais, pois o medo de alimentos diferentes e a escassez, comuns nessa faixa etária, resultam em birras, demoras para completar a alimentação e a necessidade de pulso forte.

Pensando nesse cenário foi desenvolvido um dos objetivos específicos desse estudo, que se resume em apresentar as metodologias que podem ser trabalhadas com o lúdico como instrumento de incentivo para uma alimentação saudável e sua funcionalidade durante as refeições na educação infantil.

5.1 O DESAFIO DOCENTE DE DESENVOLVER METODOLOGIAS VOLTADAS PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA PRÁTICA ESCOLAR DIÁRIA

As docentes e sujeitos dessa pesquisa tiveram a oportunidade de expressar aqui desde características pessoais e pontos de vista em relação a diversos tópicos relevantes para esse estudo, como sua formação acadêmica, tempo de magistério, tempo de atuação no magistério na escola alvo, como destacado no Quadro 2, dessa pesquisa e um diálogo sobre as estratégias utilizadas na abordagem da temática da alimentação saudável na referida escola.

Foi possível com isso perceber o esforço dessas docentes no estabelecimento de uma relação, nas suas práticas educativas, com os alunos a partir da temática da alimentação infantil no cotidiano escolar, embora ainda seja clara a necessidade de se desenvolver estratégias mais criativas utilizando ferramentas lúdicas para incentivar as crianças a uma alimentação saudável - haja vista a escassez de projetos escolares relacionados à alimentação infantil equilibrada com objetivo de diminuir os índices da obesidade nesses alunos.

Quadro 2. Perfil das professoras sujeitos da pesquisa

Docente	Formação	Especialização na área da (pós-graduação)	Idade	Tempo de serviço na educação	Tempo de serviço na escola-alvo
Professora A	Pedagogia	03	43 anos	21 anos	11 anos
Professora B	Pedagogia	03	39 anos	19 anos	09 anos

Fonte: A autora.

A Professora “A” com 43 anos, graduada e atuante há 21 anos no magistério e 11 na escola dessa pesquisa, vê a questão da alimentação infantil

como *“algo extremamente relevante para as crianças e essencial para o seu desenvolvimento, inclusive acadêmico”*, ressalta.

Ela afirma que aborda o tema em suas aulas, *“na maioria das vezes, na forma de projetos ou atividades”* desenvolvidas quase sempre com a narrativa de alguma história para dar embasamento ao tema discutido. Relatou ainda que considera como principal dificuldade para o desenvolvimento dos projetos no ambiente escolar a falta de recursos.

Um ponto relevante abordado pela professora A foi o papel das escolas na redução da obesidade infantil: *“acho que devemos fazer alguma coisa para deter essa onda, para diminuir esses números assustadores, até mesmo porque pelo tempo que ficam conosco aqui temos o poder - e o dever - de influenciá-los positivamente e desenvolver nesses os bons hábitos alimentares, e desde os primeiros aninhos. Acho que isso é uma responsabilidade nossa também”* (PROFESSORA A).

Bell et al. (2011) é claro ao falar da importância da alimentação na vida do indivíduo. Para o autor, a nutrição, um dos aspectos mais importantes da vida, se não adequada, impede o corpo e cérebro humano de prosperar e o expõe a doenças e enfermidades. Com o avanço dos alimentos processados, as crianças não têm recebido a quantidade e a qualidade adequada de nutrição que possibilite uma saúde ideal.

Em decorrência desse fenômeno, alerta Schaeffbauer et al. (2015), a obesidade infantil vem atingindo índices alarmantes, crescendo e desenvolvendo em crianças e adolescentes distúrbios graves como hipertensão, colesterol alto e diabetes. Daí a importância de uma alimentação saudável através da ingestão de alimentos de boa qualidade nessa faixa etária.

Nesse ponto há que serem ressaltados os efeitos da obesidade nas crianças, pois a alimentação escolar, por exemplo, ao mesmo que deve atrair as crianças, também deve ser saudável e cheia de nutrientes, caso contrário, alimentos ricos em gordura e calorias ajudam a contribuir para o problema da obesidade infantil.

Muitos fatores contribuem para a obesidade, como genética, metabolismo, atividade física e consumo de mais calorias do que o necessário para o crescimento e a atividade.

Lambrinou et al. (2020) explica que crianças com obesidade têm maior risco para grandes condições de saúde, como diabetes, asma, doenças cardíacas e

pressão alta. Elas também são mais propensas a serem intimidadas e provocadas por seus pares, o que pode levar ao isolamento social, depressão e baixa autoestima. Além do mais, a longo prazo, uma criança mais obesa é mais propensa a ser obesa quando adulta.

Em relação à professora “B” com 39 anos, graduada em Pedagogia e atuando no magistério há 19 anos, dos quais 09 anos na referida escola, a mesma conceitua a educação nutricional como *“de grande importância para a educação e que deve ser discutida com foco no fornecimento de uma alimentação saudável e nas estratégias que sejam mais eficazes para desenvolver na criança a vontade de se alimentar bem dentro e fora do ambiente escolar”* - algo que, segundo ela, *“deve ultrapassar a sala de aula e envolver não somente os professores, mas a comunidade e a família”*.

Segundo “B” é preciso inserir a temática ambiental nos anos iniciais pelo comportamento das crianças em relação ao convívio familiar. O tema é abordado em suas aulas com pouca frequência e quanto à aplicabilidade na sua prática de ensino disse ser feito *“em projetos isolados e com pouca frequência”*, e relata como principal dificuldade para o desenvolvimento deles a falta de materiais.

No caso de lembrar e relatar algum projeto que a escola desenvolveu englobando a temática da alimentação saudável, ela disse que *“a escola promove alguns projetos temáticos e que envolvem teatrinhos, desenhos com animações voltadas para a alimentação saudável e a confecção de cartazes e pinturas de desenhos”* (PROFESSORA B).

No entanto, ressalta *“acho que é preciso fazer mais, se aprofundar mais nesse tema para desenvolver na criança a vontade de comer alimentos mais saudáveis e diminuir, por exemplo, a rejeição que muitos tem pelos vegetais e frutas”*, que são, segundo ela, *“facilmente trocados”* pelos alimentos processados (biscoitos recheados, refrigerantes, doces industrializados, etc.).

Procter et al. (2008) deixa claro que a escola exerce influência direta na alimentação da criança e na prevenção do sobrepeso e obesidade infantil, tendo esse papel reconhecido por constituírem-se como um ambiente favorável para medidas de prevenção e intervenção em casos de obesidade e devido ao fato de as crianças passarem boa parte do seu tempo no ambiente escolar.

A visão de Zenzen e Kridli (2009) reforça essa ideia ao colocarem a escola como uma parte crítica do meio social que modela a alimentação e o padrão de

atividade física das crianças. Assim, lembram Schmitz et al. (2008), ela torna-se promotora de saúde e, como tal, propícia à aplicação de programas de educação em saúde em larga escala, incluindo programas de educação nutricional.

Em relação às entrevistas, numa conversa online com os 05 (cinco) alunos do Pré II da EMEF Pluridocente Jiboia sobre a alimentação escolar, quando questionados sobre sua opinião sobre uma boa alimentação, se é algo importante para sua saúde, todos sem exceção responderam que sim.

No que diz respeito à sua alimentação em casa ou na escola, as opiniões diferiram em decorrência das condições socioeconômicas. O aluno A explica que a alimentação na escola *“às vezes é melhor do que em casa”*. Para B às vezes a comida da escola *“é diferente da que ele come em casa, mas é boa também”*, explica. Os alunos C, D e E falaram que gostam da comida da escola, e que é bem legal comer todo mundo junto. É divertido.

Essa resposta de todos os alunos responde a outra pergunta da entrevista que questiona os alunos se estão satisfeitos com a alimentação da escola.

Quando foram perguntados sobre o que acham da escola ensinar a importância de uma alimentação saudável, todos concordaram de forma unânime que sim. Para o aluno A é na escola *“que a gente aprende que tem que comer bem”*. B entende que é o professor que explica direito porque a alimentação pé importante. Os alunos C e D disseram que *“foi na escola que eles entenderam que a alimentação saudável é muito importante para a saúde”*. Para o aluno E, o professor *“explica melhor do que os pais sobre nossa alimentação”*.

Quando questionados sobre o que poderia ser feito pra melhora a alimentação na escola, eles disseram que mais carne e sobremesa. *“Seria bom se tivesse mais carne”* disse o aluno A. Para B poderia ter *“mais carne e mais peixe”*. Os alunos C e D disseram que está *“tudo ótimo e que um pouco de doces seria bem legal”*. Para E, a escola *“é perfeita na comida”* e ele *“adora tudo que eles fazem lá para comer”*.

Quanto à alimentação com mais vegetais e frutas nas suas refeições diárias, o aluno A disse que *“até gosta de algumas frutas, mas vegetais são ruins”*. Já B disse que come de tudo. Eu aprendi a comer de tudo em casa com minha mãe. *“Ela diz pra não desperdiçarmos e nem escolhermos nada pra comer”*. O aluno C disse que *“detesta vegetais, mas que gosta de uva e maçã”*. D e E disseram que *“comem*

de tudo que estiver na mesa da merenda, pois faz bem pra saúde a gente comer de tudo um pouco”.

Diante dessa relevância do ambiente escolar na promoção de uma alimentação saudável na educação infantil, não foi difícil perceber, do conteúdo das entrevistas que ambas as professoras sujeitas da pesquisa participaram, que elas tem a percepção da importância de se fazer uma reflexão sobre a importância da educação nutricional, com foco no desenvolvimento de uma alimentação saudável.

Elas acreditam que é preciso se trabalhar com essa temática, seja com projetos ou com atividades lúdicas e criativas, desde os anos iniciais, para que as crianças pequenas cresçam entendendo a importância de uma alimentação saudável, saibam o que é uma alimentação saudável e, melhor, que tenham acesso a ela no ambiente escolar.

Apesar das limitações que enfrentam nas escolas, seja pela falta de incentivo ou mesmo de materiais para se trabalhar na prática diária, o tema, sempre que possível, é abordado em suas aulas na forma de projetos, atividades diárias e metodologias lúdicas e prazerosas, acompanhadas de narrativas, contos de histórias e músicas focadas no processo de alimentação.

Nesse sentido concordamos com Demo (2000) quando considera pouco a realização de uma pesquisa em educação limita apenas a produção do conhecimento, para ele “[...] o problema principal da educação brasileira não está na esfera do conhecimento da pesquisa, mas da intervenção da realidade”.

É nesse sentido que essa pesquisa busca intervir numa problemática que explore as ações relacionadas à alimentação escolar na EMEF Pluridocente Jiboia, junto às crianças da educação infantil, implementadas para promover uma alimentação saudável, nas práticas pedagógicas das professoras/sujeitos dessa pesquisa.

Assim, se discutirá a produção do conhecimento nessa escola no que se refere a forma como é abordada a temática da educação nutricional nos anos iniciais e como se materializa seu processo de aprendizagem nas práticas educativas, como possibilidade de uma melhor reflexão sobre a importância de uma alimentação saudável dentro e fora do ambiente escolar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como foco o papel da escola na promoção de uma alimentação saudável na EMEF Pluridocente Jiboia de Presidente Kennedy-ES, destacando a necessidade de criação de estratégias utilizando ferramentas lúdicas para incentivar as crianças a uma alimentação saudável, haja vista a escassez de estudos relacionados à alimentação infantil equilibrada com objetivo de diminuir os índices da obesidade nesses alunos.

Identificando as estratégias utilizadas foi possível discutir as possibilidades de aperfeiçoar as ações relacionadas à alimentação escolar, se estão sendo devidamente implementadas e se tem sido eficazes no propósito de promover hábitos alimentares saudáveis.

Em relação às duas professoras, sujeitos da pesquisa, sua percepção foi levantada através da aplicação de um questionário por meio de uma conversa online realizada para o levantamento de informações e discussão sobre pontos que contribuíram com o norte da pesquisa, permitindo verificar o contexto real do uso da ludicidade como estratégia para estimulação de hábitos alimentares saudáveis nas práticas pedagógicas diárias.

Foi observado na pesquisa que as professoras se esforçam, mesmo com o desafio de se trabalhar com poucos recursos e incentivos, para desenvolver estratégias criativas e motivadoras e assim despertar nos alunos a motivação e o prazer por uma alimentação mais saudável, para que eles entendam o objetivo de se alimentar bem e possam por si mesmos cultivarem esse hábito.

Assim, ao buscar responder ao objetivo geral desse estudo, que é analisar como as ações relacionadas à alimentação escolar na EMEF Pluridocente Jiboia, nas crianças da educação infantil, estão sendo implementadas com o propósito de promover uma alimentação saudável, ficou claro que as professoras possuem um efeito imenso nesse processo com o desenvolvimento de estratégias focadas nos bons hábitos alimentares.

Sendo assim, é necessário que os docentes cada vez mais lancem mão das ferramentas lúdicas como forma de incentivo para uma alimentação saudável e sua funcionalidade durante as refeições na educação infantil.

7 REFERÊNCIAS

ALLISON, D. Inquérito cooperativo. **Nas atas da conferência SIGCHI sobre fatores humanos em sistemas de computação**. p.592-599, 1999.

ALLISON, F; DRUIN, F; CHIPMAN, G et al. **Quão jovens podem ser nossos parceiros de design de tecnologia?** PDC (2002), p.272-277, 2002.

ALVES, L. S. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Espírito Santo: Uma Análise Geográfica**. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Dissertação de Mestrado, 2015.

AMERICA, F. **Ficha informativa sobre a fome infantil. Alimentando a América**. Tecnologia e nutrição: uma nova maneira de as crianças aprenderem, 2015.

BACCARIN, J. G. et al. **Agricultura familiar e alimentação escolar sob a vigência da Lei 11.947/2009: adequação das chamadas públicas e disponibilidade de produtos no estado de São Paulo em 2011**. In: 50 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2012, Vitória (ES). Anais... Vitória: SOBER, pp. 1-20. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.2>>. Acesso em 2021.

BANDEIRA, L. M. **Formação à distância para conselheiros de alimentação escolar: elaboração, aplicação e avaliação**. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana) – Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2012.

BAVARESCO, P. A; MAURO, F. **Agricultura familiar brasileira no Programa Nacional de Alimentação Escolar: garantia de mercado aos agricultores e de segurança alimentar e nutricional aos alunos da rede pública de ensino**. In: Fórum de Especialistas: Programas de Alimentação Escolar para América Latina e Caribe, 2012, Santiago. Anais... Santiago:

BELL, J; ROGERS, V. W; DIETZ, W. H et al. **Rodadas principais do CDC: Obesidade infantil**. Relatório Semanal de Morbidade e Mortalidade, 60 (2), p.42-46, 2011.

BEVILAQUA, K; TRICHES, R. M. **Implicações da venda de gêneros alimentícios ao Programa de Alimentação Escolar nos aspectos de renda e organização dos agricultores familiares**. Segurança alimentar e nutricional, Campinas, v. 21, n. 2, p.448-460, 2014.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto, 2006.

BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Coordenação Geral de Contabilidade e Acompanhamento de Prestação de Contas (CGCAP). **Dados em planilhas extraídas do Sistema de Gestão de Prestação de Contas, referentes às compras da agricultura familiar efetuadas por estados e municípios, com**

recursos do PNAE, e registrados nas prestações de contas dos exercícios de 2011, 2012 e 2013. <http://www2.planalto.gov.br>. 2014

BRASIL, Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar – Conselho de Alimentação escolar (CAE).** Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-conselho-de-alimentacao-escolar>>. Acesso em 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 01, 16 jan. 2003. **Estabelece critérios para o repasse dos recursos financeiros à conta do PNAE - previstos na medida provisória nº 2, de agosto de 2001.** Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/pnae/index.html>>. Acesso em 2021.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).** Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da Alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. Diário Oficial da União. Seção 1, p. 2, 2009.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. 2009. Acesso em 2021.

BUNDY, D; BURBANO, C; GROSH, M; GELLI, A; JUKES, M; DRAKE, L. **Rethinking school feeding: social safety nets, child development, and the education sector.** Washington (DC): The World Bank; 2009. (Directions in development. Human development, vol. 48742). Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/2009/101Oficial1.pdf>. Acesso em 2021.

CHELSEA L. OSBORNE, C; FORESTELL, M. **Aumentando o consumo infantil de frutas e legumes: o tipo de exposição é importante?** *Physiol. Behav.* 106. p.362-368, 2012.

CUNHA, A. S. **Agricultura Familiar e Suas Estratégias de Resistência na Campanha Gaúcha:** O Caso do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica - Manoel Viana/RS. Universidade Federal de Santa Maria CCNE - Centro de Ciências Naturais e Exatas Programa de Pós-Graduação em Geografia. Dissertação de Mestrado. Santa Maria, RS, 2013.

DE COSTA, P; MULLER, P; BOM FRUST, M et al. **Alterando o comportamento alimentar das crianças: uma revisão da pesquisa experimental.** *Appetite* 113, 2017.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.
DOMENE, S. M. A. **A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional.** *Psicologia USP*, São Paulo, 19 (4): 505-517, 2008.

DOVEY, T. M; PAUL, A; STAPLES, E et al. **Neofobia alimentar em crianças: uma revisão.** *Appetite* p.50-3, 2008.

DREWNOWSKI, A; EICHELSDOERFER, P. **As pessoas de baixa renda podem pagar uma dieta saudável?** *Nutrition Today*, 44 (6), p.246-249, 2010.

DRUIN, A. **Tecnologia móvel para crianças: projetando para interação e aprendizado,** 2009.

ELISABETH M; LESLIE A. FRANKEL, T. et al. **A relação entre a orientação do apego do adulto e a auto-regulação da criança na alimentação: o papel mediador das práticas alimentares de controle persuasivo.** *Comer. Behav.* 26, p. 121–128, 2017.

ESPEJO, F; BURBANO, C; GALLIANO, E. **Home-Grown School Feeding: A Framework to Link School Feeding with Local Agricultural Production.** Rome: World Food Programme (WFP); 2009.

FAO. Food and Agricultural Organization. **Alimentar o mundo, cuidar do planeta.** Montevideo: FAO, 2014.

FAO. Food and Agriculture Organization. **The State of Food Insecurity in the World: Eradicating World Hunger – Key to Achieving the Millenium Development Goals.** Rome: FAO; 2005.

GABLE, S; LUTZ, S. **Experiências de socialização nutricional de crianças no programa Head Start.** *Geléia. Dieta. Assoc.* 101, p.572–7, 2001.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 6ª Edição. Editora Atlas. 2016.

GINSBURG, K. R. **Comitê de Comunicações da Academia Americana de Pediatria; Comitê da Academia Americana de Pediatria sobre Aspectos Psicossociais da Saúde da Criança e da Família.** A importância do brincar promovendo o desenvolvimento saudável da criança e mantendo fortes laços pai-filho. *Pediatrics* 110: p.182-191, 2007.

GÓMEZ-PINILLA, F. **Alimentos cerebrais: Os efeitos dos nutrientes na função cerebral.** Natureza Publishing Group, p. 568-78, 2008.

GOOD, T. L; BROPHY, J. E. (2008). **Looking in classrooms.** Columbus, OH: Allyn & Bacon/Merrill Education, pp.59-70.

JAYNE A. FULKERSON, M. S; DIANNE N. S. et al. **Refeições em família: percepções de benefícios e desafios entre pais de crianças de 8 a 10 anos.** *Geléia. Dieta. Assoc.* 108, p.706–709, 2008.

KRISTJANSSON, E; ROBINSON, V; PETTICREW, M. **School feeding for improving the physical and psychosocial health of disadvantaged students.** *Cochrane Database Syst Rev.* 2006;1. doi:10.4073/csr.2006.

LAMBRINO, C. P; ANDROUTSOS, O; KARAGLANI, E. et al. **Effective Strategies for Preventing Childhood Obesity Through School, Engaged Family Interventions: A Critical Review for the Development of the School-Based Component Diabetes.** BMC Endocr Disord 20, 2020. <https://doi.org/10.1186/s1902-020-0526-5>.

LAUREATI, M; BERGAMASCHI, V; PAGLIARINI, E. 2014. **Intervenção escolar com crianças. A modelagem por pares, a recompensa e a exposição repetida reduzem a neofobia alimentar e aumentam o gosto de frutas e legumes.** Appetite 83. p.26–32, 2014.

LU, A. S; KHARRAZI, H; GHARGHABI, F. et al. **Uma revisão sistemática da saúde e videogames sobre prevenção e intervenção na obesidade infantil.** Jogos Saúde, 2013.

MATURANO, E. M; LOUREIRO, S. R. **O desenvolvimento socioemocional e as queixas escolares.** Em: A. Del Prette, Z. A. P. Del Prette. (Orgs.), Habilidades Sociais, desenvolvimento e aprendizagem: Questões conceituais, avaliação e intervenção. p.257-29. Campinas: Alínea, 2003.

MOSER, C; TSCHELIGI, M. **Interação lúdica com o sabor. Nas atas da 12ª Conferência Internacional sobre Design de Interação e Crianças – IDC.** p.340-343, 2013.

MUSHER-EIZENMAN, D. M; HOLUB, S. (2007). **Comprehensive feeding practices questionnaire: Validation of a new measure of parental feeding practices.** Journal of Pediatric Psychology, 32(8), p.960-972, 2007.

PAULINE, J. H; GREENHALGH, J; ERJAVEC, M. C. et al. **Aumentar o consumo de frutas e legumes pelas crianças em idade pré-escolar.** Uma intervenção de modelagem e recompensas. Appetite. p.375–385, 2011.

PIAGET J. Julgamento e Raciocínio na Criança. Ancara: Palme Yayincilik. p.165, 181, 231, 241, 279, 2007.

PROCTER, K. L; RUDOLF, M. C; FELTBOWER, R. G et al. **Measuring the school impact on child obesity.** Social Science & Medicine, 67(2), 2008. pp.341-349.

PROYER, R. T. **Um novo modelo estrutural para o estudo da brincadeira de adultos: avaliação e exploração de uma variável de diferenças individuais não estudada.** Pers. Individ. Differ. 108. p.113-122, 2017.

ROUSSOU, M. **Aprendendo fazendo e aprendendo através do brincar: uma exploração da interatividade em ambientes virtuais para crianças.** ACM Computers in Entertainment 2. p. 23-23, 2004.

SANTOS, O. O. N. **Alimentação na escola pública: a presença da agricultura familiar.** Dissertação apresentada ao Centro Universitário Unieuro, como requisito parcial do Curso de Mestrado em Ciência Política, 2014.

SCHAEFBAUER, C; KAHN D; LE, A et al. **Apoiando alimentação saudável em famílias de baixo nível socioeconômico.** p.1045-1057, 2015.

SCHMITZ, B. A. S; RECINE, E; CARDOSO, G. T. et al. **A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: Uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar.** Cadernos de Saúde Pública, 24(sup 2), 2008. S312-S322.

SCHNEIDER, M. J. **A participação da agricultura familiar na defesa do direito à alimentação escolar saudável no Município de Missal – Paraná.** Dissertação apresentada a Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2014.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano** (11ª ed.). Tradução organizada por J. C. Todorov. R. Azzi. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SOARES, P. et al. **Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro.** Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 20 (6): pp.1891-1900, 2015.

STURION, G. L. **Programa de alimentação escolar: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2002. Disponível em: <http://www.fea.unicamp.br/alimentarium/verdoc.aceso> em 2021.

TERENCE, M; DOVEY, P. A; STAPLES, E et al. **Neofobia alimentar e 'exigente/exigente' em crianças: uma revisão.** Appetite 50. p.181–193, 2008.

THAI, A. M., LOWENSTEIN, D; CHING, D et al. **Mudança de jogo: investir em digital jogar para melhorar o aprendizado e a saúde das crianças.** O Joan Ganz Cooney Center em Sesame, 2009.

TRICHES, R. M; KILIAN, L. **Papel dos atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em Municípios Paranaenses.** Redes (St. Cruz Sul, *Online*), v. 21, nº 3, p. 159 - 179, set./dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v21i3.7055>.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**/Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2016.

YING-YU, C; YIP, J; ROSNER, D. et al. **Luzes, música, selos! Avaliando os materiais tangíveis das refeições para crianças em idade pré-escolar.** Nos Anais da Décima Terceira Conferência Internacional sobre Interação Tangível, Incorporada e Incorporada - TEI '19. p.127-134, 2019.

ZENZEN, W; KRIDLI, S. **Integrative review of school-based childhood obesity prevention programs.** Journal of Pediatric Health Care, 23(4), 2009, pp.242-258.

APÊNDICE I**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS DOCENTES**

1. Qual o tempo de magistério nesta instituição de ensino?

2. É graduado (a) em qual(is) área(as)?

3. Realizou cursos de capacitação nos últimos dois anos? Quais?

() sim () não

Quais? _____

4. Como você vê a importância de uma alimentação saudável nas escolas públicas municipais?

5. Qual a importância de se desenvolver estratégias e ações que promovam a alimentação saudável nas escolas?

6. De que maneira você tem promovido a alimentação saudável no ambiente escolar?

() Através de projetos.

() Metodologias diversificadas nas aulas

Quais? _____

7. Desenvolveu no ano em curso alguma aula de campo ou alguma estratégia para trabalhar a alimentação saudável?

() sim () não

Relate como foi essa experiência? _____

8. Existe na escola algum tipo de ação ou projeto desenvolvido que englobe a importância da alimentação saudável?

9. Quanto à gestão escolar, você vê alguma tomada de decisão referente à elaboração de projetos ou ações para promover a alimentação saudável?

- () Sim. Busca o envolvimento de toda equipe escolar.
- () Sim. Busca envolvimento de parte do corpo docente.
- () Sim. Decide por conta própria.
- () Não.

APÊNDICE II**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ALUNOS**

1 Você acha se alimentar bem é algo importante para sua saúde?

() Sim () Não.

Por quê? _____

2. Como é sua alimentação em casa ou na escola?

3. Você pede a seus pais que comprem frutas e vegetais no mercado?

() Sim () Não.

Por quê? _____

4. Você está satisfeito (a) com a alimentação na escola?

() Sim () Não

Por quê? _____

5. O que você acha que poderia ser feito para melhorar a alimentação na escola?

6. Você acredita que é importante para uma criança como você ter uma boa alimentação na escola?

() Sim () Não.

Por quê? _____

7. O que você come na escola?

8. Você acha importante que a escola ensine as crianças sobre a importância de uma alimentação saudável?

() Sim () Não

Por quê? _____

9. Você acha importante que crianças como você comam mais vegetais e frutas nas suas refeições diárias?

() Sim () Não

Por quê? _____

APÊNDICE III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome da pesquisa: O papel da escola na promoção de uma alimentação saudável na EMEF Pluridocente Jiboia de Presidente Kennedy-ES.

Pesquisadora responsável: Daniele Alves Mesquita

Informações sobre a pesquisa: Trata-se de um estudo sobre o papel da escola no desenvolvimento de ações relacionadas à alimentação escolar com o propósito de promover uma alimentação saudável. O objetivo desta pesquisa é analisar como as ações relacionadas à alimentação escolar na EMEF Pluridocente Jiboia, nas crianças da educação infantil, estão sendo implementadas com o propósito de promover uma alimentação saudável.

A sua participação é muito importante, pois trará uma contribuição na coleta de dados e nos resultados da pesquisa relacionada ao papel da escola na promoção de uma alimentação saudável.

Daniele Alves Mesquita

Eu _____,
portador do RG: _____, abaixo assinado, tendo recebido as informações acima, e ciente dos meus direitos abaixo relacionados, concordo em participar da pesquisa.

Observações:

1. Será garantido o recebimento de todos os esclarecimentos sobre as perguntas do questionário antes e durante o decorrer da pesquisa, podendo afastar-me em qualquer momento se assim o desejar, bem como está assegurado o absoluto sigilo das informações obtidas.

2. A segurança será total em relação a não ser identificado mantendo o caráter oficial da informação, assim como, está assegurado que a pesquisa não acarretará nenhum prejuízo individual ou coletivo.

3. Não haverá em hipótese alguma qualquer tipo de despesa material ou financeira durante o desenvolvimento da pesquisa, bem como, esta pesquisa não causará nenhum tipo de risco, dano físico ou constrangimento moral e ético ao entrevistado.

4. Será assegurado que todo o material resultante será utilizado exclusivamente para a construção da pesquisa e ficará sob a guarda dos pesquisadores, podendo ser requisitado pelo entrevistado em qualquer momento.

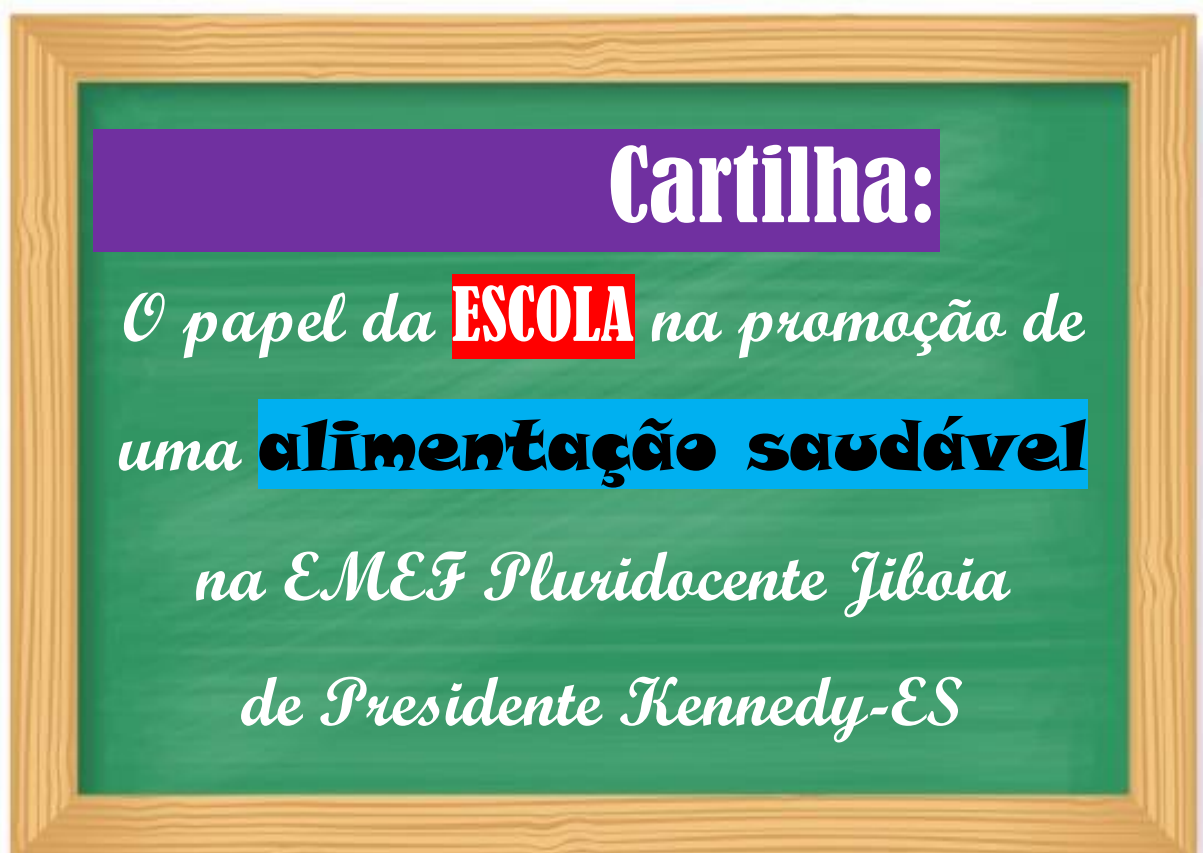
Tenho ciência do exposto acima e desejo participar da pesquisa.

Presidente Kennedy, ____ de _____ de 2021.

Participante

APÊNDICE IV

PRODUTO EDUCATIVO
FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO 'STRICTO SENSU' EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO.



Daniele Alves Mesquita
DanielRodrigues Silva

2021



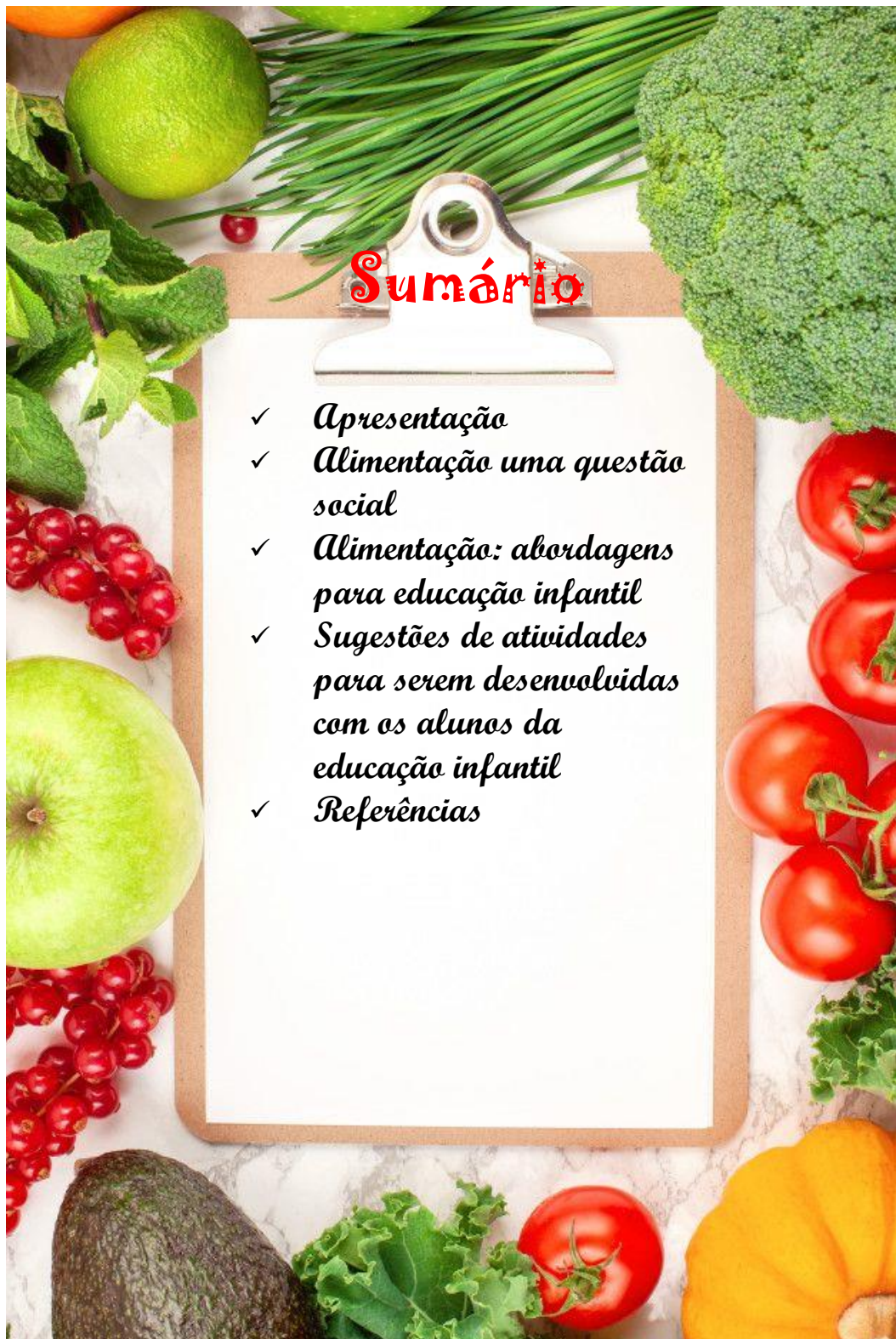
AUTORIA: Daniele Alves Mesquita

Daniel Rodrigues Silva

APOIO: Faculdade Vale do
Cricaré

PROGRAMA VISUAL: Flávia
SilveiraLemos Thomé

CURSO: Mestrado 'Stricto Sensu'
em Ciência, Tecnologia e Educação



APRESENTAÇÃO

As refeições são uma parte importante das rotinas diárias para as famílias e as escolas que trabalham com educação infantil. Elas oferecem oportunidades para a ingestão nutricional das crianças e estabelecem hábitos alimentares que as crianças provavelmente terão por toda a vida. Desta forma, esta cartilha ilustrada e digital, propõe orientações de atividades com sugestões para que os professores na primeira etapa da Educação Infantil possam realizar práticas levantando a importância da prática da alimentação saudável na educação infantil nas escolas do município de Presidente Kennedy-ES.



Estudos de Terence (2008) mostram que as crianças começam a desenvolver seu apetite e preferências alimentares a partir dos dois anos de idade. Assim as refeições em família e nas escolas acabam se tornando um momento importante para desenvolver atitudes e comportamentos relacionados a alimentos em longo prazo. Essa importância levou pediatras, nutricionistas e acadêmicos a elaborar diretrizes e princípios gerais para os pais seguirem nas refeições com seus filhos pequenos.

Deve-se haver treinamentos dos professores e de todos os outros atores sociais envolvidos para que se fortaleça a compreensão de que a mudança dos hábitos alimentares escolares é necessária (BARBOSA *et al*, 2013).



Este material tem por finalidade analisar e propor ações relacionadas à alimentação escolar estão sendo implementadas na EMEF Pluridocente Jiboia, nas crianças da educação infantil, com o propósito de promover uma alimentação saudável?



Analisar como as ações relacionadas à alimentação escolar na EMEF Pluridocente Jiboia, nas crianças da educação infantil, estão sendo implementadas com o propósito de promover uma alimentação saudável.



A importância de se proporcionar oportunidades para o crescimento e desenvolvimento de toda a criança, oportunidades para desenvolver ferramentas lúdicas como forma de condução para uma alimentação saudável. Por isso buscamos:

- Apresentar as metodologias que trabalham com o lúdico como instrumento de incentivo para uma alimentação saudável e sua funcionalidade durante as refeições na educação infantil;
- Fortalecer a discussão entre os profissionais da educação e a família sobre a importância de uma alimentação saudável na escola EMEF Pluridocente Jiboia;

Portanto, acredita-se ser vital a qualificação para nossos docentes de forma que possam orientar na primeira infância hábitos saudáveis que ajudem a construir essa base sólida e tão importante que é a alimentação na vida das pessoas.

Do ponto de vista pedagógico BARBOSA et al, 2013, propõe que para que o processo de educação alimentar se torne efetiva e alcance os resultados almejados, algumas reflexões e ações sejam repensadas e colocadas em prática, de forma a fortalecer a inserção do tema alimentação escolar na prática cotidiana da escola, entre elas:



A alimentação escolar, que deve estar presente todos os dias letivos na escola com qualidade e adequação nutricional, conforme direito constitucional do estudante e obrigação do poder público, por si só representa uma estratégia pedagógica eficiente para trazer a evidência todos os infinitos assuntos e temas que o ato de alimentar-se fomenta;



Os temas e os debates sobre alimentação devem garantir que todas as dimensões dessa ação humana sejam abordadas: a dimensão econômica, social, cultural, religiosa, psicológica, pedagógica, nutricional, artística, gastronômica, entre outras, dinamizando as ações do currículo vivido;



Embora não seja tão simples como parece ser, é importante que o tema alimentação componha o projeto pedagógico das escolas, direcionando atividades transdisciplinares entre os docentes e demais profissionais na escola, promovendo atividades integradoras da ação escolar e atividades fora da escola que ampliem a percepção e a leitura desse tema por parte dos estudantes;



As práticas de educação alimentar não são apenas as pedagógicas que acontecem em sala de aula. Essa educação deve acontecer nos vários níveis da política e em vários âmbitos dos sistemas de ensino. Parece interessante pensar que não é só o estudante que precisa ser educado do ponto de vista da alimentação, mas gestores, professores, cozinheiras, agricultores familiares, nutricionistas, coordenadores pedagógicos e também os seus pais. Por isso essa ação é abrangente e organizadora de muitas possibilidades de atividades.



ALIMENTAÇÃO É UMA QUESTÃO SOCIAL

A questão alimentar e nutricional precisa ser entendida a partir da problematização da alimentação como um direito humano e social da população brasileira, frente às emergentes demandas geradas para o atendimento das necessidades humanas. A contradição capital-trabalho é capaz de determinar quadros de carências e desequilíbrios nutricionais que são evidências de um mesmo fenômeno social: a insegurança alimentar e nutricional. Esta ora se manifesta como desnutrição e outros agravos decorrentes de carências nutricionais, ora como obesidade ou outra doença crônica não transmissível (PINHEIRO E CARVALHO, 2010).



Por se tratar de um problema social, é de extrema importância que seja trabalhado dentro das escolas e o mais cedo possível, podendo assim, assitir famílias sem estrutura social.

Em 1998, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a gerenciar o Plano Nacional de Alimentação Escolar, que é uma autarquia do Ministério da Educação, cujo objetivo é colaborar com o desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar.

Apesar disto, somente em 2009 é que veio o maior avanço do programa, com a publicação da Lei nº 11.947/2009 que tornou o PNAE acessível a toda educação básica, abarcando desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, inclusive a Educação de Jovens e Adultos (SANTOS; COSTA; RIBEIRO, 2015).

ALIMENTAÇÃO: ABORDAGENS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Hábitos alimentares na infância sofrem diversas interferências das atitudes dos pais em relação aos alimentos. Por este motivo, identificou-se que algumas ações podem ser aplicadas para influir hábitos saudáveis de alimentação, tornando-se importantes como auxiliares ao desenvolvimento em relação à correta escolha de alimentos, sendo que os alimentos para esta faixa etária devem ser oferecidos para satisfazer as necessidades alimentares e nutricionais, a fim de cobrir as energias gastas com as atividades das crianças no dia a dia (SEDUC-RS, 2016).

No entanto, refeições com crianças pequenas também foram identificadas como fonte de estresse para muitos pais e impaciência por parte de alguns profissionais de educação. A neofobia alimentar³ e a escassez de alimentos são comuns entre crianças pequenas, e pesquisas indicam que os pais e professores sofrem estresse como resultado de birras relacionadas às refeições, pickiness, longos períodos de alimentação e sua necessidade de exercer sua autonomia (YING-YU, ET. AL, 2019).

Os pais e professores também veem as refeições como uma parte importante e valiosa da alimentação de seus filhos e alunos, pela experiência diária que representam. Na visão de Allison et. al, (2002) eles querem que as refeições sejam um momento em que as crianças aprendam boas maneiras e praticam participando de conversas. Assim valorizam as refeições como oportunidades para o vínculo familiar, afetivo e juntos, e consideram a mesa de jantar como uma das configurações mais importantes para isso. Os autores explicam que existem aplicativos e jogos para reduzir hábitos alimentares exigentes que ajudam a criança a distinguir alimentos saudáveis de opções não saudáveis e promover a conscientização e a autorreflexão.

³ Neofobia alimentar, considerada o medo de alimentos novos, é um comportamento caracterizado pela rejeição ou recusa de alimentos não familiares. Trata-se de uma resistência individual em comer e/ou experimentar “novos” alimentos, ou seja, alimentos diferentes do padrão habitual de consumo.

Sugestões de atividades sobre alimentação para serem desenvolvidas com os alunos da educação infantil:

Campanha sobre aleitamento materno



(...) A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda o aleitamento exclusivo até 6 meses de vida e complementado até 2 anos ou mais, sem limite definido. É nesta etapa, porém, que ele vem acompanhado de julgamentos sexuais, que vão de encontro a inúmeros benefícios nutricionais, econômicos e sociais.

Uma série de estudos científicos comprovam: a criança amamentada tem sua taxa de QI aumentada. A amamentação impacta ainda no sistema de saúde, já que aumenta a imunidade da criança, prevenindo doenças, infecções e até mortes. Estamos falando de menores chances de sobrepeso e diabetes. E quanto mais se amamenta, maior esse impacto positivo” Estudos mostram a superioridade do Aleitamento Materno sobre as demais formas de alimentar a criança durante seus primeiros dois anos de vida, embasando-se em pesquisas comprovam que o aleitamento materno é fundamental para redução da mortalidade infantil (CAPUTO NETO, 2013).

Uma campanha sobre aleitamento para mães da educação infantil que possa orientar sobre a importância desse hábito que pode ser uma atividade interessante, com auxílio de uma nutricionista que possa orientar a introdução da alimentação saudável.

Contação de histórias com fantoches



ontar estórias apresentando os personagens (banana, abacaxi, morango, uva, laranja) do teatro, e de forma lúdica, evidenciando aquilo que mais os caracteriza: cor, sabor, forma. Após a estória, distribuir as folhas e solicitar que as crianças pintem os personagens. Essa atividade poderá proporcionar um conhecimento e interação maior das crianças com as frutas, alimentos esses que já fazem parte de sua rotina alimentar. Obs.: O educador também pode trabalhar com massa de modelar, incentivando as crianças a “fabricar” os alimentos saudáveis que já comem na própria creche; O educador pode utilizar cartazes coloridos de frutas e verduras e anexar na parede da sala de aula e sempre interagir com eles no momento do lanche, levando as crianças a visualizarem se *algum alimento que estão comendo está na parede da sala de aula deles. Proporcionar um dia para a degustação dos alimentos utilizados na dramatização.*

Brincando com os alimentos



Explorando a criatividade da criança é possível despertar para descoberta de novos sabores através dos sentidos. Além de praticar habilidades de coordenação motora e melhorar a qualidade da alimentação, inculcando uma atitude proativa da criança que poderá ser levada para casa.

PÚBLICO ALVO: Crianças menores de 2 anos.

OBJETIVOS DA ATIVIDADE: Promover interação com alimentos saudáveis por meio de montagens divertidas.



MATERIAIS DE APOIO NECESSÁRIOS: Alimentos diversos, como, frutas em diferentes cortes, tamanhos e cores, verduras cozidas, pratos descartáveis, guardanapos.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE: Distribuir um prato descartável e



guardanapo para cada criança. Com as frutas previamente cortadas e/ou amassadas e as verduras cozidas e cortadas e/ou amassadas, convidar as crianças a interagir com os alimentos disponíveis e montar carinhas divertidas. Ao final, oferecer os alimentos as crianças para que experimentem. A proposta é as crianças interagirem com os alimentos, permitindo que conheçam a consistência e sabor de cada alimento, usando os sentidos visão, paladar e tato, pois a alimentação nessa fase está relacionada à interação social e cognitiva, além de auxiliar no desenvolvimento de sua coordenação motora.

Cultivando meus alimentos



OBJETIVOS DA ATIVIDADE:
Possibilitar as crianças que conheçam as variedades de hortaliças em uma horta.

MATERIAIS DE APOIO NECESSÁRIOS: Folha A4, lápis de cor.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
Levar as crianças para visitar uma horta. Durante a visita, o educador apresenta as hortaliças que se encontram na horta e de forma simples explica como se faz uma horta: preparar um local adequado com terra plana e “fofa”, com boa luminosidade e voltada para a nascente, preparar e adubar os

canteiros, dar exemplo de adubos naturais, como, resíduos vegetais e animais: cascas e polpas de frutas, folhas, galhos, restos de cultura, etc., além de dizer sobre a importância da manutenção com água e adubos para que as hortaliças cresçam. Ao voltar para a sala, solicitar que as crianças desenhem as hortaliças que não conheciam e que nunca experimentaram. Finalizar estimulando as crianças a experimentarem as hortaliças que desenharam. Obs.: Essa atividade pode ser trabalhada dentro da disciplina de Ciências, utilizando as hortaliças para explicar as principais partes das plantas (folha, caule, raiz); o crescimento e desenvolvimento dos vegetais, a importância da terra como mantenedora de todos os nutrientes para que a semente se desenvolva em todo o seu potencial, livre de qualquer doença. A matemática também pode ser abordada, com o estudo das diferentes formas dos alimentos cultivados, dentre outras disciplinas.

Higiene e cuidados com os alimentos



OBJETIVOS DA ATIVIDADE: Orientar as crianças acerca da higienização dos alimentos e sua importância. Frutas e verduras trazidas pelas crianças, bacias, água, hipoclorito de sódio, guardanapos.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE: Solicita-se a cada criança que traga de casa uma fruta ou verdura que mais gosta. No dia da atividade, cada criança deverá estar com seu alimento em mãos. A atividade é dividida em duas partes, na primeira o educador iniciará explicando de forma bem simples o que significa higienizar os alimentos, em seguida, as próprias crianças devem ser orientadas a higienizar seu próprio alimento em uma solução de água e hipoclorito de sódio (1 Litro de água para 1 colher de sopa de Hipoclorito de sódio), que deve ser preparada antes do início da atividade pelo próprio educador. Com os alimentos submersos na solução, o educador, enquanto espera o tempo adequado da higienização, emite explicações acerca da importância de

higienizar os alimentos antes de consumi-los, evitando assim doenças por alimentos contaminados. Passado o tempo de espera, instruir as crianças a lavar o seu alimento em água corrente e enxugar com o guardanapo. Finalizada a higienização, cada criança apresenta o alimento que trouxe, destacando suas características de sabor, cor e forma. Esta proposta ensinará acerca da importância de lavar bem os alimentos antes de consumi-los, a partir dessa faixa etária é importante instruí-los sobre o tema para que adquiram esse hábito.

REFERÊNCIAS

ALLISON, F; DRUIN, F; CHIPMAN, G et al. Quão jovens podem ser nossos parceiros de design de tecnologia? PDC (2002), p.272-277, 2002.

BARBOSA, N. V.S.; MACHADO, N. M. V.; SOARES, M. C. V.; PINTO, A. R. R. Alimentação na escola e autonomia – desafios e possibilidades. Coleção de Ciência e Saúde. Vol. 18, nº. 4, pág. 937-945. 2013.

CAPUTO NETO, M. Caderno de Atenção à Saúde da Criança: Aleitamento Materno. Secretaria de Estado da Saúde. Banco de Leite Humano de Londrina. IBFAN Brasil. Sociedade Paranaense de Pediatria. Paraná, 2013.

IRALA, C.H; FERNANDEZ, P.M. Manual para Escolas: A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis. Brasília, 2001. Acesso em 25 de outubro de 2021.

NUNES, M. J. C.; SANTOS C. R. C.; GIL, M. F.; MARTINS, K. A. Sugestões de atividades de educação alimentar e nutricional. Coordenação de Vigilância Nutricional GVE/SUVISA/SES-GO, disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2015-09/cartilha-de-atividades-de-ean.pdf> Acesso em 25 de outubro de 2021.

PINHEIRO, A. R. O.; CARVALHO, M. F.C.C.; Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social Ciência & Saúde Coletiva, vol. 15, núm. 1, enero, 2010, pp. 121-130 Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva Rio de Janeiro, Brasil.

TERENCE, M; DOVEY, P. A; STAPLES, E et al. Neofobia alimentar e 'exigente/exigente' em crianças: uma revisão. Appetite 50. p.181–193, 2008.

YING-YU, C; YIP, J; ROSNER, D. et al. Luzes, música, selos! Avaliando os materiais tangíveis das refeições para crianças em idade pré-escolar. Nos Anais da Décima Terceira Conferência Internacional sobre Interação Tangível, Incorporada e Incorporada - TEI '19. p.127-134, 2019.